



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V – ESCRITOR JOSÉ LINS DO REGO
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CURSO DE BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

KÉSSIA ALEXANDRE DE SOUZA

**IDENTIFICAÇÃO E CATALOGAÇÃO DE DOCUMENTOS COLONIAIS
CUSTODIADOS PELO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA**

**JOÃO PESSOA
2024**

KÉSSIA ALEXANDRE DE SOUZA

**IDENTIFICAÇÃO E CATALOGAÇÃO DE DOCUMENTOS COLONIAIS
CUSTODIADOS PELO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentada ao Curso de Bacharelado em Arquivologia, do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas – CCBSA, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Arquivologia.

Área de concentração: Ciências Sociais e Arquivologia.

Orientador: Prof. Dr. Josemar Henrique de Melo.

**JOÃO PESSOA
2024**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S729i Souza, Kessia Alexandre de.
Identificação e catalogação de documentos coloniais
custodiados pelo Arquivo Público do Estado da Paraíba
[manuscrito] / Kessia Alexandre de Souza. - 2024.
62 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2024.

"Orientação : Prof. Dr. Josemar Henrique de Melo,
Coordenação do Curso de Arquivologia - CCBSA. "

1. Descrição arquivística. 2. Documentos coloniais. 3.
Catalogação de documentos. 4. Arquivo Público do Estado da
Paraíba. I. Título

21. ed. CDD 025.341 4

KÉSSIA ALEXANDRE DE SOUZA

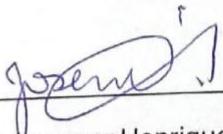
**IDENTIFICAÇÃO E CATALOGAÇÃO DE DOCUMENTOS COLONIAIS
CUSTODIADOS PELO ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentada ao Curso de Bacharelado em Arquivologia, do Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas – CCBSA, da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Arquivologia.

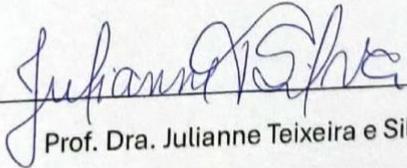
Área de concentração: Ciências Sociais e Arquivologia.

Aprovada em: 25/06/2024.

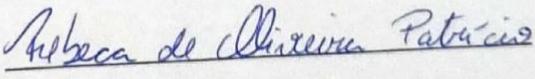
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Josemar Henrique de Melo (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dra. Julianne Teixeira e Silva
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)



Mª Rebeca de Oliveira Patrício
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A todos que de alguma forma me ajudaram
ao longo desta caminhada, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A palavra gratidão deriva do latim “*gratitudo*”, com o sentido de se sentir agradecido, ou seja, de reconhecer o valor do que fizeram por nós. No meu caso, é também uma maneira de reconhecer minhas limitações, é uma forma de dizer que sem vocês não seria possível. Nesse contexto, registro aqui, os meus sinceríssimos agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente na realização deste trabalho. De maneira especial, agradeço.

Primeiramente, a Deus por ter me dado a oportunidade de desenvolver este trabalho e por ter me abençoado com a capacidade e a disciplina necessária para realizá-lo com excelência.

Aos meus pais, pelo esforço em minha criação e na minha qualidade de vida.

À minha mãe, por dedicar metade de sua vida em prol da minha, por sempre me apoiar na continuidade dos meus estudos.

Em especial, ao meu querido irmão Ryan, ao único que me chama pelo apelido carinhoso de Késsinha, por sempre ser meu parceiro de todas as horas. Pelos elogios e pela admiração. Pelo tempo dedicado em ser meu público enquanto ensaio minhas apresentações, por me ouvir revisar meus estudos. Por sempre se interessar em ouvir o que tenho a dizer. Por se permitir aprender comigo, mas também em me ensinar.

Aos meus primos, Rayéllen e Vinícius, pela amizade de longa data que construímos ao longo da vida desde o meu nascimento, pelas constantes conversas frutíferas, aprendizados e experiências compartilhadas. Por sempre estarem por perto quando preciso.

À minha família, por me permitirem levar o conhecimento da academia para casa, e ao longo dos anos, mudando suas visões de mundo, assim acrescentando nossos conhecimentos sobre a vida. Pois, de nada adianta adquirir conhecimento sem lapidá-lo e passá-lo adiante. Hoje posso dizer que sou essa pessoa de quem tenho tanto orgulho graças a vocês, por serem minha rede de apoio. Por gostarem tanto de mim, me deram confiança para viver. Sou grata por se orgulharem de mim.

Ao meu orientador, a quem tenho enorme admiração, Professor Josemar Henrique de Melo, por sua orientação impecável e apoio inestimável durante o desenvolvimento deste trabalho. Sua vasta experiência e conhecimento foram fundamentais para aprimorar a qualidade da nossa pesquisa.

Aos membros que compõem a banca examinadora, os quais agradeço por aceitarem estar presentes neste momento tão importante da minha vida acadêmica.

“Um país sem arquivistas é um país sem arquivos, e um país sem arquivos é um país sem memória, sem cultura, sem direitos”. (Lima, 1992, p. 26).

RESUMO

Este trabalho possui como objetivo geral descrever como foi realizada a identificação das tipologias documentais e a catalogação dos documentos manuscritos referentes ao período colonial da Paraíba, custodiados pelo Arquivo Público do Estado da Paraíba (APEPB), objetivando facilitar o acesso ao acervo. Justifica-se este projeto para a promoção de acesso e preservação referente aos manuscritos coloniais do Arquivo Público do Estado da Paraíba. Esta é uma pesquisa qualitativa, tendo em vista que nosso objetivo foi desenvolver novas informações e perspectivas acerca da elaboração do catálogo dos documentos manuscritos, facilitando o acesso aos pesquisadores. Nossa pesquisa possui a natureza aplicada, visto que este trabalho tem como um dos objetivos gerar novos conhecimentos e contribuir para ampliar a literatura da Arquivologia no tocante a realização da prática, contribuindo para a formação do arquivista e de áreas afins acerca dos documentos manuscritos do período colonial. Com isso, quanto ao campo de pesquisa, foi os documentos sobre o período colonial do Arquivo Público do Estado da Paraíba, atualmente localizada na Cidade de João Pessoa, no Espaço Cultural José Lins do Rego (FUNESC). Foram trabalhados os documentos manuscritos referentes ao período colonial brasileiro. Essa pesquisa está caracterizada como exploratória, descritiva e explicativa. As técnicas utilizadas foram o estudo bibliográfico e documental, como base para a compreensão dos aspectos na literatura da Arquivologia. A fundamentação teórica teve como base autores da Arquivologia que estudam com a descrição arquivística, instrumentos de pesquisa e identificação tipológica, entre eles estão: Andrade (2007), Bellotto (2008), Leão (2006), Lopez (2002), Magalhães (2003), Ribeiro (1998) e Rodrigues (2003). Como resultado deste trabalho, apresentaremos a sociedade e pesquisadores a organização dos documentos manuscritos, o levantamento de seu quantitativo existente e de sua situação atual, além de possibilitar o acesso à pesquisa através da catalogação do acervo de manuscritos do período colonial custodiados pelo APEPB.

Palavras-Chave: Descrição Arquivística; Documentos Manuscritos; Catalogação; Identificação; Arquivo Público do Estado da Paraíba.

ABSTRACT

The general objective of this work is to describe how the identification of documentary typologies and the cataloging of manuscript documents relating to the colonial period of Paraíba, held by the Public Archive of the State of Paraíba (APEPB), was carried out, with the aim of facilitating access to the collection. This project is justified in order to promote access to and preservation of the colonial manuscripts held by the Public Archive of the State of Paraíba. This is a qualitative study, since our aim was to develop new information and perspectives on the preparation of the catalog of manuscript documents, facilitating access for researchers. Our research is of an applied nature, since one of the aims of this work is to generate new knowledge and contribute to expanding the literature of archivology in terms of practice, contributing to the training of archivists and related areas in the field of manuscript documents from the colonial period. The field of research was the documents from the colonial period in the Public Archive of the State of Paraíba, currently located in the city of João Pessoa, at the José Lins do Rego Cultural Space (FUNESC). Manuscript documents relating to the Brazilian colonial period were analyzed. This research is characterized as exploratory, descriptive and explanatory. The techniques used were bibliographical and documentary studies, as a basis for understanding the aspects of archival literature. The theoretical basis was based on archival authors who study archival description, research tools and typological identification, including Andrade (2007), Bellotto (2008), Leão (2006), Lopez (2002), Magalhães (2003), Ribeiro (1998) and Rodrigues (2003). As a result of this work, we will present society and researchers with the organization of the manuscript documents, a survey of their existing quantity and their current situation, as well as providing access to research by cataloguing the collection of manuscripts from the colonial period held by the APEPB.

Keywords: Archival Description; Manuscript Documents; Cataloging; Public Archive of the State of Paraíba; Archivology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1 - Níveis de análise arquivística.....	35
Quadro 1 - Níveis de descrição direcionado aos tipos de instrumentos.....	36
Quadro 2 - Regras e objetivos para Descrição Multinível.....	37
Figura 1 - Estrutura organizacional APEPB.....	41
Quadro 3 - Levantamento dos documentos originais, cópias e transcrições.....	45
Figura 2 - Fluxograma de atividades realizadas.....	46
Figura 3 - Modelo de verbete utilizado para a descrição dos documentos.....	47
Quadro 4 - Exemplo de verbete preenchido retirado do catálogo.....	47

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
APEPB	Arquivo Público do Estado da Paraíba
CIA	Conselho Internacional de Arquivos
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CTNDA	Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística
CPAP	Comissão Provisória do Arquivo Público
DAT	Dictionary of Archival Terminology
EAD-DTD	Descrição Arquivística Codificada
FAPESQ	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba
FCJA	Fundação Casa de José Américo
FUNESC	Fundação Espaço Cultural
ISAD(G)	Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística
ISAAR(CPF)	Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias
ISDF	Norma Internacional para Descrição de Funções
ISDIAH	Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico
NOBRADE	Norma Brasileira de Descrição Arquivística
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFPB	Universidade Estadual da Paraíba
PIBIC	Projeto de Iniciação Científica
RAMP	Records and Archives Management Programme
SEGOV	Secretaria de Governo
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	OBJETIVOS.....	15
	1.3.1 Objetivo Geral	15
	1.3.2 Objetivos específicos	16
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1	NORMAS PARA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA.....	18
2.2	PRINCIPAIS CONCEITOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA.....	20
2.3	DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NO BRASIL.....	32
2.4	INSTRUMENTOS DE PESQUISA: CATÁLOGO.....	33
3	ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA: LEI 11.263	39
4	METODOLOGIA	42
5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	49
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
	REFERÊNCIAS	54
	ANEXO A - Documento manuscrito referente ao período colonial.....	59
	ANEXO B - Lupa utilizada para a leitura paleográfica do documento manuscrito.....	60
	ANEXO C - Recorte Catálogo dos manuscritos referentes ao período colonial: APEPB.....	61
	ANEXO D – Livro: Catálogo de Documentos Coloniais Manuscritos da Parahyba do Norte – Séculos XVII e XIX.....	62

1 INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, no decorrer de suas interações, os seres humanos desenvolveram a necessidade da comunicação. Como também a de representar por meio de registros por escrito suas atividades sociais, econômicas, políticas e pessoais. Paulatinamente, com evolução das civilizações, aumenta o volume de registros por essas populações. Por conseguinte, o suporte com o qual são feitos estes registros também se modificou. Evoluindo de tábuas de argilas, de pergaminhos e papel para os hodiernos documentos eletrônicos e digitais. Como também as suas atividades de organização administrativa, em junção á necessidade da sistematização, conservação e preservação para facilitar a recuperação da informação registrada, independente de seu suporte. Segundo Cavalcante e Nascimento (2023) essas atividades proporcionaram o surgimento de locais de guarda para estas documentações, constituindo-se em arquivos. Esses espaços de guarda responsáveis por acumular registros e sua estruturação, são relevantes enquanto auxiliares na preservação de conjuntos documentais, produzidos, recebidos e acumulados por instituições públicas ou privadas no decorrer de suas atividades exercidas.

Nesse contexto, para entender a construção histórica dos documentos manuscritos referentes ao período colonial europeu, é de suma importância conhecer o período colonial que segundo Melo (2017) foi o momento de transição de sociedades regidas pelas políticas e relações sociais medievais para outras funcionalidades entre o período de XIV e XVI. Com isso, a estrutura administrativa colonial era caracterizada pela descentralização. Logo, os governos das capitanias e as autoridades implantadas nas possessões ultramarinas, sendo partes que integravam o império português, também produziam e acumulavam documentos para auxiliarem a administração local e central. Portanto, estas autoridades como o governo, ouvidoria, provedoria, exército e câmaras, deveriam manter e organizar seus arquivos. Estes arquivos formavam sistemas de informações distintas.

Referente aos documentos manuscritos deste período presentes no acervo do Arquivo Público do Estado da Paraíba, notou-se o processo de descaso, desarticulação e degradação do conjunto documental restante do período colonial enquanto memória base do Estado. Dito isso, o acervo de manuscritos do APEPB sofreu com as consequências da ausência do cuidado e olhar arquivístico ao longo

dos anos. Os documentos manuscritos do período colonial sob custódia do Arquivo Público do Estado da Paraíba, necessitavam de um tratamento e acondicionamento que para facilitar as pesquisas dos usuários. Com isso, essa documentação se encontrava carecendo de identificação dos tipos documentais e da elaboração de catálogos, estes que vão auxiliar os pesquisadores nas buscas dos documentos e na recuperação dos conteúdos informacionais neles contidos.

O documento arquivístico é caracterizado segundo Paes (2005) como: “a acumulação ordenada dos documentos em sua maioria textuais, criados por uma instituição ou pessoas, no curso de sua atividade, e preservados para a conservação de seus objetivos, visando a utilidade que poderão oferecer no futuro.”. Em concordância, Rodrigues (2003), define os documentos arquivísticos como sendo os produtos das ações, servindo como provas e testemunhos dessas ações. Com isso, os documentos de arquivo devem ser tratados de forma que obedeça ao Princípio de Proveniência, ou seja, seguindo o contexto de sua produção interna, como também de acumulação que constituem o fundo de arquivo.

No campo da arquivística, para asseverar o acesso ao conteúdo informacional contido nestes documentos, a Arquivologia determina conceitos e princípios com critérios estabelecendo metodologias para servir de norte e direcionamento à pesquisa. Dentre as metodologias, está a Descrição Arquivística, descrita como a atividade de descrever e representar as informações presentes em documentos e fundos arquivísticos, conforme afirma Carbone (1993). Posteriormente, esta atividade deve gerar instrumentos de pesquisa (catálogos, guias, inventários etc.), os quais informam e contextualizam o pesquisador acerca dos documentos de arquivo e sua localização, identificação e gestão. Estas atividades de descrição são de suma importância nos arquivos, visto que asseguram o entendimento sobre o acervo arquivístico.

Este trabalho tem como objetivo geral descrever como foi realizada a elaboração do catálogo de documentos referentes ao período colonial custodiados pelo Arquivo Público do Estado da Paraíba. Na literatura arquivística existe os instrumentos de pesquisa como o guia, inventário e o escolhido para esta pesquisa que é o catálogo. Esses instrumentos são elaborados de acordo com as necessidades e especificidade de cada acervo. Portanto, as atividades propostas nesta pesquisa facilitarão aos usuários internos e externos o conhecimento sobre o acervo e investigações simples e objetivas.

O acervo de manuscritos sob custódia do Arquivo Público do Estado da Paraíba passou por perdas documentais, essa documentação carece não só de medidas de preservação e conservação, como a higienização e restauração, mas também de acondicionamento. Para que o acesso possa ser possível aos mais diversos usuários. A documentação também necessitou da identificação das tipologias documentais e da elaboração de descrições através do catálogo. Neste contexto, foi elaborado um Projeto de Iniciação Científica (PIBIC), intitulado “Da ordem que há de ter nesta repartição”, viabilizado através da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ), com o objetivo de identificação e catalogação dos documentos manuscritos do APEPB. Diante do exposto, esta pesquisa surge com a extrema relevância para a realização das atividades arquivísticas de identificação e catalogação dos documentos manuscritos sob custódia do Arquivo Público do Estado da Paraíba. Como também para o estudo acerca da literatura arquivística referente as definições da descrição arquivística, seu histórico, desenvolvimento e suas normas regulamentadoras.

Diante do que podemos interpretar do período colonial, o acervo passou por perdas documentais, mas a partir da lei de criação do Arquivo Público do Estado da Paraíba (APEPB), passou-se a ter o maior controle sobre essa documentação. Os documentos que permaneceram, carecem de um tratamento e acondicionamento específico, assim como da identificação das tipologias documentais, e da elaboração de instrumentos de pesquisas como catálogos, para que, se tornem acessíveis para pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e auxiliem os pesquisadores em suas necessidades informacionais. Nesta perspectiva, nossa pergunta problema é a seguinte:

Como identificar e catalogar os documentos manuscritos referentes ao período colonial brasileiro, sob custódia do Arquivo Público do Estado da Paraíba, tendo em vista que essa é uma tarefa específica do fazer arquivístico?

1.1 OBJETIVOS

1.1.2 Objetivo Geral

Descrever como foi realizada a Identificação e catalogação dos documentos manuscritos referentes ao período colonial brasileiro, sob custódia do Arquivo Público do Estado da Paraíba.

1.1.3 Objetivos específicos

- Identificar as tipologias documentais encontradas no acervo;
- Levantar o quantitativo dos documentos manuscritos do APEPB;
- Reagrupar processos e documentos que estejam desarticulados;
- Catalogar os documentos manuscritos do período colonial do APEPB.

No segundo capítulo, na fundamentação teórica, veremos os marcos do processo para a criação da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD(g), assim como os esforços mundiais até a sua aprovação. Em seguida, no segundo sub tópico deste segundo capítulo, são abordados obras a autores que debatem sobre a importância e relevância da identificação de tipologias documentais, dando ênfase aos principais conceitos acerca de descrição arquivística, como seu objetivo e definições. Apresentaremos também a necessidade da identificação das funções arquivísticas, assim como os valores e princípios gerais do documento arquivístico de acordo com a terminologia arquivística, estes que vão orientar a realização da descrição arquivística. No terceiro sub tópico deste segundo capítulo é realizada uma abordagem acerca do contexto da descrição arquivística no Brasil, apresentaremos a Norma Brasileiro de Descrição Arquivística – NOBRADE, seu objetivo e características, esta que foi formalizada através da Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística – CTNDA. Finalizando o segundo capítulo, no seu quarto sub tópico, abordamos a representação da informação direcionada aos documentos permanente, tendo em vista que é o caso dos manuscritos coloniais, o objeto de estudos deste trabalho. Assim como os tipos de instrumentos de pesquisa e suas funcionalidades referentes aos níveis de descrição arquivística, com o destaque no catálogo.

No terceiro capítulo, apresentamos os pontos principais do processo que resultou na promulgação da Lei 11.263 de 2018, que dispõe sobre a criação do Arquivo Público do estado da Paraíba. Esta que foi influenciada através da Lei de Arquivos 8.159 de 1991, que incentivou também a criação de cursos de Arquivologia em João Pessoa. Neste capítulo também mostramos a estrutura organizacional do APEPB, junto a caracterização de seu acervo custodiados, indo de documentos coloniais, até os imperiais e os republicanos.

No quarto capítulo, referente à metodologia, este trabalho demonstra de forma pormenorizada todas as atividades realizadas que levaram à elaboração do catálogo de documentos manuscritos coloniais, perpassando a identificação tipológica, o levantamento dos documentos originais, das cópias e suas transcrições. Como também o processo da alimentação do catálogo, em junção as características e informações contidas nos verbetes, que é feita através da leitura paleográfica e sua importância. Estas atividades supracitadas estão explicitadas através de um fluxograma criado para representar as atividades realizadas.

Em seguida, no quinto capítulo, referente à análise de dados, veremos os resultados obtidos através das atividades realizadas. Entre os resultados estão a experiência com a leitura paleográfica, os exemplares de tipologias documentais levantadas, e de forma detalhada também a apresentada a situação atual dos documentos manuscritos e sua quantificação. Por fim, uma proposta de atividade para gerar o aprofundamento no conteúdo informacional do catálogo.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 NORMAS PARA DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

O interesse para a criação de normas de descrição para documentos¹ arquivísticos existe desde o final da década de 1980, sendo objeto de esforços internacionais. Contextualizando os marcos do percurso que levaram a criação da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(g), de acordo Kitching Christopher em sua obra “*The Impact of Computerization on Archival Finding aid: a RIAMP Study* de (1999, p. 41) o Programa de Gestão de Documentos e dos Arquivos (Records and Archives Management Programme – RAMP) publicou diversas edições acerca dos impactos da informática nos arquivos, como também no processo de criação e utilização de instrumentos de pesquisa entre os anos de 1980 à 1990. Referente a isso, Kitching afirma:

A tecnologia informática, no entanto, avançou a um ritmo que ultrapassa todas as expectativas iniciais e já não pode ser ignorada. Para muitos arquivos, o advento de processadores de texto acessíveis, principalmente durante a década de 1980, forneceu as primeiras indicações de como os computadores poderiam transformar os recursos tradicionais de localização. Aqui estavam máquinas que podiam fazer isso rapidamente. (Kitching, 1991, p. 11, tradução nossa)².

Diante deste cenário, a representação da informação dos documentos arquivísticos passa a finalmente ser considerada uma das etapas imprescindíveis no fazer arquivístico, após a criação do Comitê de Normas de Descrição no Conselho Internacional de Arquivos (CIA), em 1989³. Este comitê inicialmente *ad hoc*, com o objetivo na elaboração de um documento base referente as normas para orientar a função de descrição arquivística para a normalização em nível internacional. Segundo

¹ O documento é para a Arquivologia “a mais ínfima unidade arquivística, constituída por um ou mais actos informacionais fixados num suporte indivisível, do ponto de vista arquivístico; pode assumir a forma de documento simples, quando contém apenas uma unidade de informação (um só acto), ou a forma de documento composto, quando é constituída por mais do que uma unidade de informação, em suportes distintos, ou seja, por documentos simples (actos informacionais associados e com significado apenas nessa condição).” (Ribeiro, 1998, p. 29),

² Computer technology, however, has advanced at a pace beyond all early expectations and can no longer be ignored. For many archives the advent of affordable word processors (text processors), mainly during the 1980s, provided the first indications of how computers might transform traditional finding aids. Here were machines that could quickly.” (Kitching, 1991, p. 11, *texto original*).

³ Vale salientar que, ainda na década de 1970 é lançado pela Library of Congress o Marc AMC, formato MARC específico para arquivos e manuscritos. Já em 1983, Steven L. Hensen publica o Archives, personal papers and manuscripts: a cataloguing manual for archival repositories, historical societies and manuscripts, que ficou conhecido pela sigla APPM. Ademais, a primeira edição do Manual for archival description de Michael Cook e Margaret Procter foi lançada em 1986. (Brasil, 2006).

Rodrigues (2003, p. 215), para a criação de uma Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, ocorreu a necessidade de encontrar e definir o objeto de estudo da Arquivologia, ou seja, a informação registrada independente de seu suporte. O autor ainda afirma que, posterior à criação do Comitê ad hoc de normas de descrição em 1989, já havia preocupações acerca da problemática.

Inicialmente, em 1953, surge a pauta de debate sobre a urgência da definição de uma terminologia para a Arquivologia, no II Congresso Internacional de Arquivologia em Haia. O que resultou na publicação do primeiro léxico de terminologia arquivística, o *Lexion of Archives Terminology* de 1964, com 175 termos em diversas línguas, em francês, inglês, espanhol e holandês. Após esta publicação, com sete anos de pesquisas do comitê de especializado do CIA, é lançado o *Dictionary of Archival Terminology* (DAT), apenas 20 anos depois, em 1984, o primeiro dicionário de terminologia arquivística, compreendendo 503 termos, com definições em inglês e francês (Rodrigues, 2003). Na sequência, em 1988, o especialista francês, Michel Duchein, revisou e incorporou alterações baseadas em suas críticas no dicionário e publicou uma nova edição. Como também novos vocabulários especializados são publicados pelo CIA, sendo eles a *Elementary Terms in Archival Automation* de 1983 e o *Glossary of Basic Archival and Library Conservation Terms* de 1988. Segundo Carbajo Martin (1999), citado por Rodrigues (2003), em outubro de 1988, através do Arquivo Nacional do Canadá⁴, ocorreu o Encontro de especialistas de vários países em Ottawa⁵. Estes que que compartilharam as experiências e seus aportes teóricos-metodológicos, com o objetivo em normalizar a descrição arquivística.

Em dezembro de 1989, através do patrocínio do CIA, especialistas se encontram em Paris para a elaboração da Declaração de Princípios, em inglês, *Statement of Principies Regarding Archival Description*⁶, aderido em Madrid no mês de janeiro de 1992 pela comissão ad hoc. Na sequência, houve novas reuniões nos anos de 1990 na Polônia e em 1992 em Madrid. Ainda em 1992, é realizado o XII Congresso Internacional de Arquivos, aprovando o texto final da Declaração de Princípios e o Projeto da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística.

⁴ A relevância do país nesse percurso foi de tamanha importância, que os dois primeiros secretários-executivos da Comissão *ad hoc*, e mais tarde, do Comitê de Normas de Descrição (CND) foram os canadenses Hugo Stibbe e Kent Haworth.

⁵ Entre eles, estavam os países: Alemanha, Canadá, China, Espanha, Estados Unidos, França, Grã-Bretanha, Holanda, Índia, Itália, Malásia, México, Senegal, Suécia e Zimbábue.

⁶ Este que posteriormente seria utilizado para a elaboração das Normas de Descrição. (Rodrigues, 2003, p. 216).

Rodrigues (2003) afirma que “o Projeto foi submetido à discussão em todos os países e aprovado” nomeada de Internacional Standard Archival Description (General), a ISAD(g), em português, Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. E finalmente, no ano 2000, durante a realização do XIV Congresso Internacional de Arquivos, em Sevilha na Espanha, é aprovada de forma definitiva a ISAD(g).

2.2 PRINCIPAIS CONCEITOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

Na área da arquivologia, a identificação da tipologia documental é uma das atividades primárias no que tange a organização dos arquivos, sendo imprescindível para compreender a necessidade de se conhecer os documentos com quais estão sendo trabalhados, possibilitando a elaboração eficaz do plano de classificação e auxiliando os usuários internos e externos para a recuperação da informação em suas pesquisas. Para então possibilitar a criação dos instrumentos de pesquisa. De acordo com Lopez (2002) a classificação inicial e contínua na avaliação antecede o aprofundamento e desenvolvimento dos instrumentos de pesquisa. Logo, conforme afirma Silva (2009) o arquivista enquanto gestor de um arquivo permanente tem como principal função a de facilitar o acesso aos documentos e seus conteúdos informacionais. Esse acesso acontece através da utilização de instrumentos de pesquisa, que “é o elo entre o documento e o usuário da informação (Silva, p. 7, 2009).

A identificação das tipologias documentais é utilizada enquanto suporte de apoio metodológico as outras várias funções arquivísticas além da classificação, como a avaliação e principalmente a descrição. A identificação tipológica tem origem na Diplomática, área do conhecimento criada durante o século XVI enquanto metodologia para o reconhecimento da autenticidade a partir dos elementos intrínsecos e extrínsecos dos documentos. Atualmente, a Diplomática atua na Arquivologia além de apenas uma área auxiliar, isto é, através da inter-relação das ambas as áreas, obtém-se o enriquecimento das ferramentas para identificação tipológica. A partir da descrição arquivística se torna possível reconhecer os elementos internos dos documentos, e com isso, a função de cada documento no processo. Possibilitando também a verificação de sua autenticidade. A partir dos anos 2000 a literatura arquivística produziu diversos trabalhos nacionais que debatem acerca da Diplomática e Tipologia documental. O exemplo disso são as obras da professora e pesquisadora Heloísa Liberalli Bellotto, sendo vários capítulos de livros, como Arquivos

Permanentes: tratamento documental (2004); Autoridade e Conflito no Brasil Colonial (2007); Diplomática e tipologia documental em arquivos (2008) e Arquivo: estudos e reflexões (2014). E artigos, como Arquivística: objetos, princípios e rumos (2002); Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo (2002) e Arquivos permanentes: tratamento documental (2005), o que inspirou os demais pesquisadores e obras que vieram a seguir, desenvolvendo novas perspectivas no cenário da literatura arquivística brasileira. Cook (apud Hagen, 1998) afirma que a descrição arquivística deve ser produzida direcionada à substância e estrutura da documentação. Andrade (2007) considera que esta substância tem de compreender o conteúdo e o contexto da informação. O autor ainda reitera que a estrutura deve estar interligada ao suporte e aos instrumentos de acesso.

Segundo Andrade e Silva (2009) a descrição arquivística é o processo em que o arquivista elabora representações de documentos de um arquivo específico, apresentando o contexto e conteúdo deste acervo. Essa atividade demanda várias habilidades, como de interpretação de texto e conhecimento histórico acerca do contexto em que o produtor e o conteúdo informacional estão inseridos. De acordo com a *Society of American Archivists* (2002), o objetivo da descrição é de identificar, gerenciar, localizar, estabelecer o controle intelectual e explicar o acervo arquivístico e promover o acesso. Através da atividade de representação da informação se faz factível a padronização para facilitar o acesso aos documentos, e nesse sentido a descrição arquivística é utilizada. A descrição é uma atividade realizada com mais frequência nos arquivos permanentes⁷, que é o caso dos documentos manuscritos coloniais que foram trabalhados nesta pesquisa. Desta forma, essa atividade não só possibilita e auxilia na recuperação da informação arquivística, mas também no processo de conservação da memória da instituição e na preservação do seu patrimônio documental.

Segundo a autora Georgete Medleg Rodrigues (2003), em seu artigo intitulado: “A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma geral internacional de descrição arquivística”, para a realização

⁷ De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, arquivo permanente é o “conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função do seu valor”. (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005, p. 34). São documentos que passam a ter um valor secundário, que é a denominação “atribuída a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora e outros usuários, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido”. (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005, p.171)

do tratamento correto dos documentos, se faz necessária a identificação das funções arquivísticas. Essas atividades possuem o objetivo principal de facilitar o acesso aos documentos e de seus conteúdos informacionais, para os sujeitos informacionais internos e externos. Rodrigues (2003) cita algumas dessas operações como a produção, seguida da avaliação, logo após a aquisição ou recolhimento dos documentos, com isso sua classificação⁸, depois a descrição de seu conteúdo informacional, por conseguinte a sua conservação e preservação, e por fim, a sua difusão no acervo e disponibilização de seu acesso ao público. Além disto, é vigente na Arquivologia a compreensão da teoria denominada de *três idades* para referenciar o ciclo de vida documental e seus determinados tratamentos. Há a distinção entre os arquivos correntes (primeira idade), intermediários (segunda idade) e permanentes (terceira idade).

Para Lopes (1996) e Hagen (1998) a descrição dos documentos deve se iniciar durante o processo de classificação, se manter na avaliação e se aprofundar nos instrumentos de buscas. Logo, através de instrumentos de pesquisa, é possível efetivar a recuperação do conteúdo informacional nos documentos e fundos arquivísticos. Contudo, anterior à aplicabilidade dos instrumentos de pesquisa, deve-se utilizar as normas de conteúdo, que são a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística - ISAD (g) e a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias - ISAAR (CPF)⁹, complementando a primeira, com orientações para a descrição do produtor, elemento essencial para o contexto dos documentos descritos. Ademais, vale destacar equitativamente, a elaboração de uma norma de descrição para funções de sistemas arquivísticos de diferentes países, criando a Norma Internacional para Descrição de Funções – ISDF¹⁰, através do Comitê de Boas Práticas – CIA, como também a Norma Internacional para Descrição de Instituições com Acervo Arquivístico (ISDIAH), e a Norma Internacional para Descrição de Funções (ISDF).

⁸ Classificação: Organização dos documentos de um arquivo ou coleção, de acordo com um plano de classificação, código de classificação ou quadro de arranjo. (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística 2005, p. 49).

⁹ Esse documento normativo foi publicado pelo CIA em 1996, sendo sua edição mais atual do ano de 2004. Possui como objetivo dar “diretivas para a preparação de autoridade arquivística que forneçam descrições de entidades (entidades coletivas, pessoas e famílias) relacionadas à produção e manutenção de arquivos”. (ISAAR, 2004, p. 11).

¹⁰ Legitimada na reunião em Dresden, Alemanha, em 24 de maio de 2007.

Segundo Rodrigues (2003), para identificar as funções arquivísticas, os documentos de arquivos devem ser tratados de forma orgânica, seguindo a ordem interna de produção e acumulação, ou seja, o conjunto de documentos que constituem o fundo de arquivo. Estas atividades irão resultar em documentos organizados físicos e intelectualmente. Mesmo com os objetivos diversos, mas em última instância de possibilitar e facilitar o acesso aos documentos e seus conteúdos informacionais. Na Arquivologia, a intermediação entre os sujeitos informacionais e ao conteúdo informacional dos documentos, acontece através dos instrumentos de pesquisas (catálogos, edição de fontes, inventários, índices, guias etc.). Ainda segundo Rodrigues (2003), a produção desses instrumentos de pesquisas só poderá acontecer após a realização de operações anteriores, como as principais operações de classificação e de descrição. Com isso, a descrição arquivística é uma das funções que deve ser desenvolvidas em todas as fases de um arquivo (corrente, intermediário e permanente). No que se refere a descrição, a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística – ISAD(g), define:

A descrição arquivística no sentido mais amplo do termo abrange todo elemento de informação, não importando em que estágio de gestão ele é identificado ou estabelecido. Em qualquer estágio, a informação sobre os documentos permanece dinâmica e pode ser submetida a alterações à luz de maior conhecimento de seu conteúdo ou do contexto de sua criação (Conselho Internacional de Arquivos, 2001, p. 1).

Entretanto, embora do que propõe a norma, alguns autores afirmam que a descrição realizada em todo o ciclo de vida documental é o ideal, mas ainda quase impraticável nas atividades arquivísticas (Maurel, Champagne, 1999). Ou ainda, que deve ser feita exclusivamente aos arquivos permanentes, para Bellotto (1998, p. 9), a representação do conteúdo informacional em documentos de arquivo é recente, sendo essas técnicas de tratamento documental ainda não aprofundadas. Quanto a isso, Rodrigues (2003), afirma que a escassez de trabalhos publicados acerca do tema, são os resultados da “tradição” na Arquivologia na pouca ênfase e especialidades no que se refere aos usuários dos arquivos. Nesse cenário, vale ressaltar os congressos internacionais de arquivos realizados em 1972, 1976 e 1980, com as temáticas subsequentes de instrumentos de pesquisa; revolução no acesso aos arquivos e a utilização e utilidade dos arquivos. (Silva, 1998, p. 148). Rodrigues (2003) afirma que houve diversos fatores para a ausência de interesse nessa temática, um deles podendo ter sido o cenário de pós-guerra, onde houve maiores demandas de

informações. As novas informações independiam dos locais em que se encontravam. Com isso, podendo ser nos arquivos e até centros de documentações, ou seja, exigia-se o deslocamento de interesse para os métodos e práticas direcionados a recuperação das informações. Com o surgimento da possibilidade de utilização dos computadores para a recuperação da informação, surge também a preocupação de como facilitar para os usuários o acesso a essas informações.

Para Rodrigues (2003), a descrição deve ser realizada durante todas as fases do documento, podendo ser corrente, intermediário ou permanente. Enfatizando que, a descrição não é fixa e inalterável, mas deve se manter disponível para futuras alterações necessárias para um melhor entendimento do documento, de acordo com as necessidades do acervo. A representação da informação arquivística pode ser feita seguindo diversos formatos, através de catálogos, inventários, índices, entre outros. Seus primeiros registros são desde o século XIII, com os inventários nas comunas francesas, como também no século XIX no Brasil (Bellotto, 1991)¹¹. A ISAD(g) tem por objetivo recomendar a sistematização das ações de instituições e de arquivistas mediante normas e princípios. Rodrigues referencia Couture et al (1999), Camargo e Bellotto (1996) enquanto define as funções ou operações arquivísticas para um conjunto documental, sendo elas:

- **Produção**
- **Avaliação**
- **Aquisição/Recolhimento**
- **Classificação**
- **Descrição**
- **Conservação/Prevenção**
- **Difusão/Acesso**

Rodrigues esclarece que nas definições das funções de acordo com Carol Couture et al (1999, p. 60), foi acrescida a função de aquisição e a de recolhimento. Visto que o autor entende que a “aquisição” e o “recolhimento” possuam o mesmo objetivo, de “incorporar novos conjuntos documentais ou documentos isolados a uma instituição arquivística”, mas que ao mesmo tempo são realizados por procedimentos

¹¹ Como também no século XIII já se identificava a existência de inventários em várias comunas francesas. Mas no Brasil, eles existem desde o século XIX (BELLOTTO, 1991).

divergentes, até mesmo em aspecto jurídico. A exemplo disso, os diferentes verbetes indicados para “aquisição” e “recolhimento” no Dicionário de Terminologia Arquivística (Camargo e Bellotto, 1996). Como também, o autor agregou a função de difusão à de acesso, haja vista que possuem procedimentos diferentes no ponto de vista da gestão e também na de políticas. Ademais, Rodrigues inclui “preservação” à conservação, considerando que a função de preservação atualmente é uma prática mais recomendada, ainda que a conservação continue a existir. Neste trabalho, vamos evidenciar a função de “descrição”, esta que de acordo com os autores Couture (1999); Rodrigues (2003); Silva (2009); é uma função chave no que se refere a representação das informações arquivísticas, como também na possibilidade de dar o acesso a elas. A descrição arquivística é aplicada com maior constância nos documentos permanentes, quando estes estão em suporte papel. Quanto a isso, Bellotto afirma que:

a descrição é uma tarefa típica dos arquivos permanentes. Ela não cabe nos arquivos correntes, onde seu correspondente é o estabelecimento dos códigos do plano de classificação – que acabam por servir de referência para a recuperação da informação -, assim como de outras categorias de controle de vocabulário e indexação que se usem para o mesmo fim. (BELLOTTO, 2004, p. 173).

Bellotto (2004), ainda destaca que a descrição enquanto atividade dos arquivos permanentes deve ser realizada considerando que “...consiste na elaboração de instrumentos de pesquisa que possibilitem a identificação, o rastreamento, a localização e a utilização de dados”. (BELLOTTO: 2004, p. 179). “

Vale ressaltar que, Schellenberg (2002) estabelece bases teóricas para a estruturação do conceito de descrição dos documentos, destacando que os documentos devem ser descritos compreendendo os aspectos a seguir:

um deles é seu conteúdo substantivo, o outro é a sua estrutura ou apresentação física, isto é, a sua forma unitária e seu arranjo. Os documentos podem ser descritos quanto a substância em relação: a) às unidades de organização da entidade criadora; b) às funções, atividades e atos ou operações que ocasionaram a criação dos mesmos; e c) aos assuntos de que tratam. (SCHELLENBERG, 2002, p. 132).

Assim, entendemos que ao estabelecer tais aspectos, o autor respeitou o *Princípio da Proveniência*¹², ao destacar que os documentos podem ser descritos em relação ao seu conteúdo substantivo.

Segundo Rodrigues (2003), os documentos arquivísticos são produtos e testemunhas das ações e transações humanas. Ou seja, são provas da realização de ações. Informando acerca da origem e autenticidade delas, assim como seu desenvolvimento e conclusão. Ademais, para Luciana Duranti (1995), os documentos de arquivo são chamados de “procedimentos”, estes que são o “conjunto de etapas necessárias para a realização de uma atividade, ou para que uma organização/instituição cumpra as finalidades para as quais foi criada.” (Rodrigues, 2003). Nesse sentido, o autor afirma que os documentos arquivísticos para cumprirem o seu objetivo, devem ser acessíveis:

- a) aos seus criadores/produtores (necessidades administrativas);
- b) aos usuários em geral (pesquisadores, cidadãos comuns, etc). Assim, os documentos de arquivos são consultados/pesquisados, geralmente, nas seguintes situações, todas relacionadas com que se convencionou denominar, segundo a terminologia arquivística, de "valores" dos documentos de arquivo. (Rodrigues, 2003, p. 218).

É interessante ressaltar que, geralmente os documentos de arquivo são pesquisados-consultados através de situações onde o documento terá finalmente seu “valor” enquanto documento de arquivo. Como define a terminologia arquivística conforme afirma Rodrigues (2003, p. 219) estes valores são definidos enquanto:

- valor de prova:

o valor de prova é intrínseco ao documento de arquivo. Todo documento arquivístico, como produto das atividades de uma pessoa física ou jurídica, é prova - jurídica e/ou administrativa - dessas atividades (desde sua concepção até a sua conclusão), sendo para quem as produziu ou para quem foi objeto/sofreu a ação¹³ determinada no ato registrado no documento de arquivo.

¹² deixar agrupados, sem misturar a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou jurídica determinada: o que se chama de fundo de arquivo dessa administração, desse estabelecimento, dessa pessoa. (BELLOTTO, 2004, p. 130).

¹³ Quanto a isto, para a análise diplomática do documento arquivístico, requer tais procedimentos imprescindíveis para realizar no documento a localização dos campos de: “: **autor do ato/documento** (aquele que tem o status jurídico e é responsável pelo ato); **redator do documento** (aquele que pode

- **valor informativo ou de testemunho:** o valor de testemunho ou informacional é um valor secundário, isto é, um valor que é atribuído ao documento a posteriori, independentemente da vontade e dos objetivos de seu criador¹⁴.

Portanto, entende-se que o documento arquivístico possui o seu valor primário garantido visto que foi gerado em função da ação orgânica e específica do seu produtor, em razão do cumprimento de determinados objetivos. Para isso, quanto as características do documento de arquivo, Duranti (1995) e Rodrigues (2003) definem de forma objetiva:

- **Imparcialidade:** os documentos de arquivo são produzidos dentro de determinado contexto e para determinados fins.

- **Autenticidade:** os documentos de arquivo são criados, mantidos e conservados sob custódia de acordo com procedimentos regulares que podem ser comprovados.

- **Naturalidade:** os documentos de arquivo são produzidos e acumulados no curso de transações e de acordo com as necessidades do assunto tratado.

- **Inter-relacionamento:** os documentos de arquivo estabelecem relações entre si e com as atividades que os geraram.

- **Unicidade:** cada registro arquivístico tem um lugar único na estrutura documental do conjunto ao qual pertence.

Para Rodrigues, essas características do documento arquivístico apenas possuem sentido quando atrelado ao conjunto ao qual ele pertence, enquanto afirma que: “primeiramente ao fundo, em seguida as outras partes, nas quais o fundo foi subdividido.” (Rodrigues, 2003, p. 220). Nesse contexto, a Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística buscou enquanto objetivo elaborar uma diretriz para a descrição, esta que obtivesse em sua estrutura a particularidade dos documentos

representar o autor do ato) **destinatário do ato** (o que sofre a ação) e o **destinatário do documento** (aquele para quem é endereçado o documento). Estes dois últimos podem ou não coincidir.” Rodrigues (2003) e Duranti (1995).

¹⁴ Importante ressaltar que, na área da Arquivologia ainda existem opiniões divergentes referentes ao termo do valor “secundário” do documento. Porém, como afirma Rodrigues (2003), ocorre que algumas vezes a utilização do documento arquivístico “transcende” de seus objetivos iniciais. A exemplo disso, os casos de famílias brasileiras que conseguiram ser indenizadas após às provas documentais registradas pelo Estado acerca de desaparecidos e perseguidos políticos pelo regime militar.

arquivísticos. A definição de descrição de acordo com Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística, é estabelecida como:

a elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição¹⁵ e de suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo, o contexto e sistema de arquivo que os produziu. (ISAD (G), 2001, p. 4).

Quanto aos seus princípios gerais, a ISAD (g) ainda explícita que:

Normas de descrição arquivística são baseadas em princípios teóricos aceitos. Por exemplo, o princípio de que a descrição arquivística procede do geral para o particular é uma consequência prática do princípio de respeito aos fundos. Este princípio deve ser claramente enunciado caso se deseje construir uma estrutura de aplicação geral e um sistema de descrição arquivística, manual ou automático, não dependente de instrumentos de pesquisa... (ISAD(g), 2001, p. 2).

Destarte, Rodrigues (2003) acresce alguns requisitos aos princípios citados:

- a descrição é tributária da classificação: os documentos devem, antes de ser descritos, classificados.
- a descrição deve respeitar o princípio arquivístico de "respeito aos fundos".
- a descrição deve ser feita do GERAL para o PARTICULAR.
- a descrição dos documentos (ou do documento) de arquivo é dinâmica e evolui com o tempo, na medida em que novos elementos ou novas informações podem ser acrescentados.

Contudo, a descrição enquanto função arquivística deve obedecer aos princípios gerais interligados as funções arquivísticas, estas que devem também respeitar o princípio de proveniência¹⁶. Para que a representação informacional

¹⁵ De acordo com a ISAG (g), a unidade de descrição, é: "documento ou conjunto de documentos, sob qualquer forma física, tratado como uma unidade, e que, como tal, serve de base a uma descrição particularizada."

¹⁶ Interessante citar que, o Princípio da Proveniência é reconhecido mundialmente e possui as seguintes identificações em diversos países: Espanha – Princípio de Procedencia; Alemanha – Provenienzprinzip; Itália – Princípio di Provenienza; Inglaterra - Principle of Provenance. (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005).

compreenda a especificidade do documento arquivístico, deve-se abarcar os princípios gerais que irão orientar a descrição, estes são¹⁷:

- **primeiro princípio:** a recomendação é que a descrição apenas aconteça após a realização da classificação, visto que ela é realizada conforme a definição estabelecida pela classificação, que delinea e descreve o conjunto documental mantendo vínculos orgânicos entre si (fundo, série¹⁸, subsérie, dossiê, item documental; e entre os fundos). Entretanto, apesar de maior dificuldade referente a organização e localização do acervo, a descrição também pode ser feita independente da classificação, dependendo de seu objetivo.

- **segundo princípio:** em conformidade com princípio da proveniência, o respeito aos fundos (*respect des fonds*) está incluído na classificação. Na descrição, isso se manifesta na estrutura hierárquica que se estabelece entre os diversos níveis de um mesmo fundo.

- **terceiro princípio:** a descrição deve ser construída do geral para o particular. Inicialmente, deve-se gerar um conjunto de informações que proporcione uma visão global, permitindo a identificação das relações entre todas as partes ou níveis do fundo.

- **quarto princípio:** a descrição evolui ao longo dos "ciclos de vida" dos documentos. Da fase corrente à fase permanente, a descrição pode se alterar com o passar do tempo, visto que novos elementos informativos podem ser agregados. Por conseguinte, a descrição acompanha o tratamento dos documentos, integrando-se ao processo.

- **quinto princípio:** estabelece que, em termos hierárquicos, o fundo constitui-se na unidade de descrição mais ampla.

A descrição de documentos arquivísticos, na perspectiva da Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística consiste nas etapas que devem facilitar o acesso dos usuários aos documentos e aos seus conteúdos informacionais, sendo elas:

¹⁷ Esses princípios são uma adaptação de Rodrigues (2003) da obra dos autores Maurel e Champgne. (1999).

¹⁸ Para Ribeiro (1998), a série é uma "unidade arquivística, constituída por documentos da mesma tipologia, produzidos em série, como resultado de uma mesma actividade ou função. As séries podem subdividir-se em subséries, correspondendo a tipos mais específicos dentro da tipologia geral que lhes dá homogeneidade." (Ribeiro, 1998, p. 30).

- a apresentação das características físicas¹⁹ de um ou vários documentos;
- a análise do conteúdo desses documentos;
- a identificação do contexto de criação e utilização dos arquivos²⁰.

Para Rodrigues (2003) a descrição possibilita também um “controle intelectual” acerca dos fundos de arquivos. Isto é, através dessa função é possível também a percepção do Princípio de Proveniência. Conforme estabelece a ISAD (g), a representação da informação deve ser seguida por princípios gerais, em virtude do que afirma Rodrigues, estão enumerados enquanto:

1. A descrição deve iniciar do GERAL para o PARTICULAR, a fim de representar a estrutura hierárquica do Fundo.

2. É imprescindível que represente com a maior precisão possível o contexto e o conteúdo da unidade descrita. Assim sendo, cada unidade deve conter as informações relevantes ao seu respectivo nível descrito.

3. As relações entre os diferentes níveis de descrição devem ser nitidamente estabelecidas, tornando-as explícitas.

4. As informações não devem ser repetidas. Cada nível de descrição deve fornecer informações novas, não repetitivas em relação aos níveis anteriores ou posteriores.

Dessa forma, o conteúdo informacional deve estar incorporado em sete áreas, estas que consistem em: **Área de identificação; Área de contextualização; Área de conteúdo e estrutura; Área de condições de acesso e de uso; Área de fontes relacionadas; Área de notas** e a **Área de controle da descrição**. Nesse sentido, a descrição também abarca a análise do conteúdo informacional do documento arquivístico, isto é, o conjunto de atividades com o objetivo de apresentar as informações pertencentes a um documento ou um conjunto de documentos de forma clara e objetiva. Logo, se faz necessário a compreensão acerca de relação com o contexto para além do conteúdo informacional particular dos conjuntos ou de seus itens documentais.

¹⁹ Incluindo também as características diplomáticas.

²⁰ Este aspecto varia de acordo com a unidade de descrição que estiver sendo descrita. (Rodrigues, 2003).

Com isso, a descrição ligada à análise de conteúdo informacional, deve ser realizada através de atividades que apresentem de forma clara e objetiva as informações presentes no documento e em seu conjunto de documentos. Esta que consiste no procedimento da identificação das noções presentes nos documentos e representá-los de forma clara (como resumos ou notas). A posteriori, essas informações serão representadas com códigos que facilitem a recuperação, sendo feita com linguagem documentária. Como por exemplo por códigos numéricos ou alfanuméricos que devem ter de ser definidos na etapa de classificação, ou também com vocabulário controlado disposto em índices para a indexação, (Rodrigues, 2003). Destarte, a análise de conteúdo enquanto característica da descrição deve ser operacionalizada nas seguintes etapas²¹:

- primeira aproximação do documento (ou do conjunto documental)
- leitura do documento (quando for um item documental).
- leitura e entendimento dos documentos que proporcionam as informações gerais sobre o conjunto por completo (quando relacionados a níveis de descrição mais amplos)
- avaliação e seleção dos conceitos que se deve reter;
- redação de um resumo
- indexação

Os documentos de arquivo possuem uma estrutura, conforme determina a Diplomática, para Rodrigues (2003), não ocorreu alteração na estrutura básica documental durante os séculos. Com isso, para entendermos melhor, a Diplomática mostra que as partes que compõe a estrutura do documento são formadas pelos seguintes elementos:

- uma parte introdutória, denominada protocolo, onde estão contidas as informações que contextualizam os documentos (data, local, assunto destinatário do ato/do documento, etc). É nesse ponto também que é possível encontrar o autor do ato/do documento.

²¹ Etapas descritas por Georgete Medleg Rodrigues (2003, p. 224).

- uma segunda parte, denominada texto, são encontradas as informações sobre o ato ou os atos que originaram o documento e o objeto do ato. É neste momento que se encontra a razão de existir do documento e é possível identificar o ato registrado através de um verbo.

- uma terceira e última parte, denominada escatocóio (ou protocolo final), são identificadas as fórmulas de polidez conclusivas, o redator do documento (responsável pela articulação do discurso) e outras intervenções no documento.

A descrição dos documentos arquivísticos pode acontecer em vários níveis, sendo os nível geral (o fundo), os níveis intermediários (serie, subsérie) ou também a menor unidade de descrição (item documental). Em todos os níveis citados, é imprescindível a realização das atividades para representar as informações de forma satisfatória. Desse modo, para ser feita a análise documentaria do documento ou de um conjunto documental arquivístico é necessário a compreensão e entendimento acerca das relações com o contexto, para além do conteúdo informacional particular dos conjuntos ou de seus itens documentais.

2.3 DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NO BRASIL

O órgão responsável por regulamentar a normalização da descrição arquivística no Brasil é o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), a instituição está vinculada ao Arquivo Nacional, este que compõe a política nacional dos arquivos públicos e privados enquanto instituição do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), constituído por integrantes do poder público, de associações e instituições arquivísticas. A fim de estimular o desempenho do CONARQ e do SINAR, são formadas câmaras técnicas e setoriais. A exemplo disso, a Câmara Técnica de Normalização da Descrição Arquivística (CTNDA), que atua no adensamento e na promoção de integração da comunidade arquivística brasileira e também nos aspectos internacionais, através de atividades de divulgação, debates e levantamento de dados acerca de normas para a descrição arquivística. Através da CTNDA, criou-se a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), esta que determina orientações para a descrição de documentos arquivísticos conforme a ISAD (g) e a ISAAR (CPF), adequadas ao contexto brasileiro. A NOBRADE surge ainda na versão preliminar em 2006 para consulta pública, suscitando encontros e debates sobre a temática, sendo finalizada

no mesmo ano. Outrossim, a CTNDA dispões de versões traduzidas destas normas, viabilizando também cursos de ensino a distância²².

O Brasil está entre os países que considerou a adequação da ISAD(g) para o contexto de seu próprio país. Visto que, a ISAD(g) é uma norma que incentiva os países a normalizar e adaptar essa norma as suas atividades de representação da informação de acordo com as suas necessidades. Com isso, no ano de 2007 é publicada a Norma Brasileira de Descrição Arquivística - NOBRADE. Assim como a ISAD(g), a NOBRADE é caracterizada por grandes campos descritivos, mas sem detalhar os dados que devem estar presentes na descrição. Destarte, as instituições que adotam a NOBRADE, mantém-se em um cenário favorecido, com as características disciplinares ao realizar a descrição e concomitante com a liberdade em se adaptar as necessidades informacionais de seus acervos (Fonseca, 2007). Com efeito, a NOBRADE salienta isso ao definir seu objetivo enquanto:

“[...] estruturar a informação a partir de elementos de descrição comuns, buscando interferir o mínimo possível na forma final em que as descrições são apresentadas. Cabe a cada entidade custodiadora e a seus profissionais a decisão acerca dos recursos utilizados para a descrição, bem como o formato final de seus instrumentos de pesquisa, sendo apenas imprescindível a presença dos elementos de descrição obrigatórios.” (BRASIL, 2006, p. 11).

Para Andrade (2007), a NOBRADE é uma norma elaborada a fim de que seja aplicada para sistemas de recuperação de informações, sejam eles manuais ou automatizados. Entretanto, a norma não determina formatos de entrada ou saídas de dados. Em virtude da interoperabilidade²³ entre instituições, a norma consta ser limitada, ainda que sendo indispensável. Enquanto um recurso viável para tornar factível o intercâmbio de informações, em uma de suas notas de rodapé, a NOBRADE cita a Descrição Arquivística Codificada (EAD-DTD).

2.4 INSTRUMENTOS DE PESQUISA: CATÁLOGO

²² BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

²³ Interoperabilidade, segundo a norma *International Standard Organization (ISO) 25964-2:2013*, é a capacidade e habilidade de dois ou mais sistemas, que podem ser computadores, meios de comunicação, redes de softwares e outros componentes da tecnologia, de interagir e intercambiar dados a partir de um método definido, e usá-las para obter os resultados desejados (ISO, 2013).

Os instrumentos de pesquisa²⁴ são os responsáveis por destacar ainda mais as atividades realizadas pelo trabalho arquivístico, visto que são a representação do conteúdo informacional contido nos documentos custodiados de determinado acervo (Ribeiro, 2003). A representação da informação arquivística deve ser elaborada através de dois instrumentos convencionais: a classificação e a descrição, independente do nível dessa análise. Para Ribeiro (1998), a classificação consiste na representação da *estrutura orgânica e a função servil*, caracterizando o sistema de informação. Já a descrição, compreende os elementos informativos que denotam a fidedignidade do trabalho arquivístico. Contudo, é essencial o estabelecimento de formas de aquiescer essa informação, sendo necessário determinar os *pontos de acesso*.

Quando nos referimos a descrição arquivística da documentação permanente, é quando deve-se elaborar e implementar os instrumentos de pesquisa, para que assim, os usuários com díspares necessidades informacionais possam ter acesso. Este acesso se caracteriza enquanto finalidade imprescindível a qual os arquivos possuem, fornecendo acesso ao patrimônio documental ali custodiado. Estes instrumentos de pesquisa que “são as ferramentas utilizadas para descrever um arquivo, ou parte dele, tendo a função de orientar a consulta e de determinar com exatidão quais são e onde estão os documentos”. (Lopez, 2002, p. 10).

Os instrumentos de pesquisa, também denominados de instrumentos de acesso à informação, devem ser formulados em função de três parâmetros fundamentais: 1. *Nível de análise*, este que geralmente determina sua tipologia; 2. *Estrutura interna*, a qual compreende os elementos informativos responsáveis por identificar as unidades arquivísticas descritas; e 3. *Pontos de acesso*, que usualmente são utilizados como ordenadores das descrições, assim como também, podem remeter de forma independente aos dados diretos para a informação²⁵ (Ribeiro, 1998). Ademais, outro elemento que influencia na tipologia dos instrumentos de pesquisa

²⁴ Anteriormente denominados como “instrumentos de trabalho” (Ribeiro 1998), para um melhor aprofundamento em suas características e terminologia, indicamos a leitura do estudo importantíssimo da autoria de Michel Duchein, onde o autor usa como base de referência a realidade da França, em virtude de que ele considera o país enquanto exemplo de maiores estudos e textos regulamentares acerca da temática. Ver: DUCHEIN, Michel - La Clef du trésor: l'évolution des instruments de recherche d'archives du Moyen Age à nos jours d'après des exemples français. Archives et Bibliothèques de Belgique. Bruxelles. 57:1/2 (1986) 109-126).

²⁵ Como por exemplo os índices independentes.

elaborados, é a *finalidade* para qual é sua elaboração. Conquanto vários instrumentos possam ser utilizados para permitir o acesso a informação, efetivamente, alguns se designam primacialmente à pesquisa, e outros produzidos para controle material das espécies documentais.

A partir dos conceitos apresentados, podemos entender as três unidades arquivísticas enquanto sendo *o documento, a série e o arquivo*. Estes que adequam-se para a análise realizada por níveis. Dessarte, no primeiro nível, a análise tem como enfoque o arquivo e suas subdivisões (seções e subseções), no segundo nível, o enfoque se detém as séries arquivísticas e aos documentos não seriados, favorecendo as séries como conjunto homogêneo mas também compreendendo as unidades arquivísticas isoladas, e no terceiro nível, centra-se em cada documento (simples ou composto) que integram uma série ou de forma isolada.

Nesse contexto, apresenta-se a seguir a tabela esquemática elaborada por Ribeiro (1998) em sua tese, com base na terminologia proposta por Richard P. Smiraglia²⁶, visando a análise de conteúdo (indexação):

Tabela 1: Níveis de análise arquivística.

<p><i>1º nível - sumário</i> Unidade arquivística: ARQUIVO</p> <ul style="list-style-type: none"> - Secção - Subsecção <p>A análise pode ser feita com maior ou menor exaustividade, conforme se considere a totalidade do arquivo ou apenas algumas das suas secções e/ou subsecções, mas com pouca profundidade, pois não desce à consideração dos documentos em série, ou isolados, que integram o arquivo ou as suas partes.</p> <p><i>2º nível – profundo</i></p> <p>Unidades arquivísticas: SÉRIE ARQUIVÍSTICA / DOCUMENTO (análise genérica)</p> <ul style="list-style-type: none"> - séries arquivísticas de actos informacionais, de documentos simples ou de documentos compostos - subséries arquivísticas de actos informacionais, de documentos simples ou de documentos compostos
--

²⁶ Ver: Smiraglia, Richard P - Subject access to archival materials using LCSH. *In Describing archival materials : the use of the MARC AMC format*. Ed. Richard P. Smiraglia. New York : Haworth Press, 1990. ISBN 0-86656-916-2. p. 63-90).

- unidades arquivísticas isoladas (documentos que não formam série).

A análise deve ser feita com exaustividade (englobando todas as unidades arquivísticas), embora com uma profundidade média e, portanto, com pouca especificidade, isto é, não descendo à consideração de cada documento, no interior de cada série e/ou subsérie.

3º nível – exaustivo

Unidade arquivística: **DOCUMENTO (análise específica)**

- simples (considerando cada acto informacional)
- composto

A análise não é, normalmente, feita com exaustividade (englobando todas as unidades arquivísticas de um sistema de informação), mas assume um elevado grau de profundidade e grande especificidade, isto é, desce à consideração de cada documento e de cada acto informacional, de per se, centrando-se nos seus dados informativos mais elementares.

FONTE: elaborada por Ribeiro (1998).

Ademais, a norma ISAD (g), ao definir a descrição multinível como princípio básico, esclarece níveis de descrição. Entretanto, não associa essa descrição com os instrumentos de pesquisa. Além disto, para a construção dos referidos instrumentos de pesquisa, deve-se ir adiante a definição do nível da descrição, como também deve conter os pontos de acesso para a realização da indexação. Diante do exposto, Ribeiro (1998) apresenta a seguinte tabela:

Quadro 1: Níveis de descrição direcionado aos tipos de instrumentos.

Nível de análise	Tipo de instrumento (genérico)	Tipo de instrumento (específico)
1º nível	guia	guia de arquivo(s) / guia de arquivos especializado / guia temático / etc.
2º nível	inventário	Inventário de arquivo(s) / inventário de arquivo especializado / inventário temático / etc.
3º nível	catálogo	catálogo de arquivo(s) / catálogo de arquivo especializado / catálogo de... (tipo documental) / catálogo temático / etc.

FONTE: Ribeiro (1998, p. 34).

Após a compreensão acerca dos diversos níveis de análise e suas unidades arquivísticas correspondentes, compete agora atribuir a ligação com os instrumentos de pesquisa, visto que são o produto final do trabalho prévio e fulcral da aplicação do método no arquivo. Haja vista os três níveis de análise enunciados, consideramos os três tipos de instrumentos: *guia*²⁷, *inventário*²⁸ e o *catálogo*. Estes que respectivamente correspondem ao primeiro nível de análise, ao segundo nível e ao terceiro nível²⁹. Neste trabalho, nosso instrumento de pesquisa elaborado para os documentos manuscritos do período colonial para o APEPB, foi o catálogo, em virtude da necessidade de descrição para cada item documental. O Catálogo que é o instrumento de pesquisa produzido a nível de descrição série, este que “descreve unitariamente as peças documentais de uma série ou mais séries, ou ainda de um conjunto de documentos, respeitada ou não, a ordem da classificação” (Bellotto, 2004, p. 202). O catálogo é um instrumento de pesquisa direcionado para a localização e descrição das unidades documentais, pormenorizando e resumindo os detalhes de cada documento.

Além disto, é pertinente destacar que a ISAD(g) também determina regras gerais para a Descrição Multinível, apresentadas no quadro abaixo:

Quadro 2: Regras e objetivos para Descrição Multinível.

REGRA:	OBJETIVO:
--------	-----------

²⁷ O guia apresenta uma visão panorâmica, tanto da instituição como dos acervos custodiados.

²⁸ Inventário apresenta um quadro sumário, listando as diversas dos fundos e séries tendo como objetivo descrever as atividades de cada titular, as séries integrantes, o volume de documentos, as datas-limite e os critérios de classificação e de ordenação (LOPEZ, 2002, p. 30.)

²⁹ Ribeiro (1998) afirma que "na obra canadiana acerca dos instrumentos de pesquisa, publicado em 1984 (CARDINAL, Louis [et al.] - Op. cit.), já são considerados dois níveis, no que toca aos mesmos instrumentos, mas com um significado muito diferente (...). Os autores do referido estudo consideram "instrumentos de primeiro nível" os que se referem quer às unidades arquivísticas - "depósito, fundo, peça" - quer às unidades de agrupamento ("classement") - "grupo de fundos, série, artigo" - e "instrumentos de pesquisa de segundo nível", os que "permitem recuperar mais rapidamente uma informação específica no interior de uma massa de documentos", como sejam os índices alfabéticos e cronológicos e os guias temáticos, apesar de também estes se referirem às unidades arquivísticas ou às "unidades de agrupamento" tal como os instrumentos de 1º nível." (Ribeiro, 1998, p. 34).

DESCRIÇÃO DO GERAL PARA O PARTICULAR	Representar o contexto e a estrutura hierárquica do fundo e suas partes componentes.
INFORMAÇÃO RELEVANTE PARA O NÍVEL DE DESCRIÇÃO	Representar com rigor o contexto da unidade de descrição.
RELAÇÃO ENTRE DESCRIÇÕES	Tornar explícita a posição da unidade de descrição na hierarquia.
NÃO REPETIÇÃO DE INFORMAÇÃO	Evitar redundância de informação em descrições hierarquicamente relacionadas.

FONTE: (Conselho Internacional de Arquivos 1999, p. 7).

3 ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA: LEI 11.263

De acordo com a Presidente da Comissão Provisória do Arquivo Público (CPAP) Irene Rodrigues da Silva Fernandes, no dia 19 de fevereiro de 2018, na solenidade de inauguração do Arquivo e Memorial Ricardo Vieira Coutinho, foi anunciado o Ato Governamental número 1.338, criando a Comissão Provisória do Arquivo Público (CPAP) com o objetivo registrado no seu Art. 2 de elaborar novo marco legal para reger o funcionamento do Arquivo Público do Estado, bem como de toda documentação dos Memoriais e do Arquivo dos Governadores sob responsabilidade da Fundação Casa de José Américo (FCJA). Após o cumprimento da missão da CPAP e apresentação do Projeto de Lei pelo poder executivo, no dia 29 de dezembro de 2018 foi promulgada a Lei número 11.263, que dispõe sobre a criação do Arquivo Público do Estado da Paraíba, do Sistema Estadual de Arquivos e também define as diretrizes da política estadual de arquivos públicos e arquivos privado de interesse público e social.

A lei 11.263-2018 tem significado especial para todos que vêm há tanto tempo investindo esforços na criação do Arquivo Público, uma vez que os atos legais até então existentes estão relacionados a questão de arquivo à cultura e à história com um sentido que considera apenas a sua feição memorialista e de patrimônio cultural. Assim, se desconsideravam as bases e avanços da Arquivologia ignorando a relação essencial do arquivo com a administração e a legislação pertinente ao assunto.

A Lei de Arquivos n 8.159-1991, com base na Constituição de 1988, estabeleceu um marco jurídico de ampliação das atribuições das instituições arquivísticas para além da simples custódia de documentos, dotando-as de autoridade arquivística para gerenciar todo o ciclo documental. A institucionalização do Arquivo Público do Estado e de um Sistema Estadual de Arquivos na Paraíba, como órgão responsável pela gestão, recolhimento, preservação e acesso aos documentos gerados pela administração pública, nos seus diferentes níveis de organização, à luz dos princípios de uma Arquivologia contemporânea, constitui encaminhamento seguro para sanar os problemas envolvendo a documentação pública estadual.

Foi longo árduo o caminho percorrido até a promulgação da Lei número 11.23-2018. A partir da segunda metade da década de 1970 há registros de ações de profissionais e instituições no sentido da criação do Arquivo Público da Paraíba. Cumpre destacar, todavia, que as ações se desenvolvem de forma contínua a partir

dos trabalhos desenvolvidos por uma Comissão Provisória criada no I Encontro sobre Gestão de Documentos: por uma política estadual de arquivos públicos, organizado pelo Departamento de Documentação e Arquivo, da Fundação Casa de José Américo, no período de 28 a 31 de março de 2011. Após o referido Encontro, um grupo de profissionais vinculados a vários órgãos da Administração Pública Estadual, direta e indireta, da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), todos envolvidos com gestão de documentos e arquivos decidiram contribuir com suas ideias no sentido de equacionar um dos problemas administrativos do Governo estadual ao longo de décadas: Gestão de Documentos Arquivísticos, ou seja, o seu tratamento desde a produção até a destinação final, bem como a preservação e o acesso. E um objetivo: a criação do Arquivo Público e do Sistema Estadual de Arquivos.

Nos anos de 2006 e 2008 cresceu, em João Pessoa, a criação dos Cursos de Arquivologia na UEPB e na UFPB, respectivamente. Assim, a Paraíba conta com dois Cursos de Arquivologia e Cursos de História, núcleo e centros de documentação. Dessa forma, entende-se que as múltiplas demandas de acesso à informação, no século XXI, advindas de uma concepção do Estado que prevê participação cidadã, transparência administrativa e modernização tecnológica, ao colocar em destaque as discussões recentes acerca da transparência, do acesso e de outros requisitos que contribuem para a noção de uma boa governança informacional, faz ressaltar a importância da existência de uma política arquivística que ampare a gestão, a guarda, a conservação e a eliminação dos documentos.

A gestão de documentos arquivísticos viabilizará processos decisórios mais ágeis e eficientes, conferindo à Administração Pública do Estado, a transparência de seus atos perante a sociedade paraibana. Além disso, para os cuidados devidos de preservação deverão ser tomadas providências para proteção, organização, guarda física e em repositórios eletrônicos confiáveis, e acesso aos dispositivos de memória histórica do Estado da Paraíba. Com isso, o Arquivo Público foi criado em 29 de dezembro de 2018, pela lei nº 11,263, do poder executivo do Estado. Como também o Sistema Estadual de Arquivos e define as diretrizes da política estadual de arquivos públicos e arquivos privados de interesse público social. E é importante citar que O APEPB é vinculado à Secretária de Estado do Governo - SEGOV. Para melhor apresentar as funções do APEPB, fizemos um esquema de sua estrutura organizacional:

Figura 1: Estrutura organizacional APEPB.



FONTE: Lei 11.263, 2018.

O acervo do APEPB é composto por documentos coloniais, imperiais e republicanos de 1771 à 1978; jornais de 1912 até 2015 e Diários Oficiais da Paraíba de 1925 até 2015. Acerca da caracterização do acervo, é de extrema importância esclarecer que o acervo disposto ao APEPB estava anteriormente aos cuidados do Arquivo Histórico Waldemar Bispo Duarte vinculado à Secretaria de Cultura, mas pelo APEPB ainda não possuir um prédio específico, uma parte do acervo ainda está fisicamente no arquivo histórico, incorretamente disponível ao acesso ao público sem o devido tratamento, e outra parte se encontra na sala de funcionamento do APEPB, acondicionados corretamente.

4 METODOLOGIA

A palavra *methodos* surge da junção de *meta* e *hodos*, isto é “através ou ao longo do caminho”. Conforme Magalhães (2005) define, a metodologia³⁰ é a ciência ou estudo do caminho, este que deve ser trilhado de forma racional para que facilite o conhecimento, possibilitando também que outros pesquisadores possam percorrer o mesmo caminho. A formulação de uma metodologia é imprescindível para a evolução e o desenvolvimento de uma área científica, visto que são os métodos científicos³¹ que possibilitam a construção dos percursos aplicados e a análise dos objetos que se pretende estudar. Alves (2017), afirma que esta atividade de produzir uma pesquisa em âmbito acadêmico representa uma resposta as necessidades informacionais de uma sociedade, principalmente quando esta pesquisa é referente a um trabalho decorrente de experiências e aprendizados angariados ao longo de um curso.

Para Minayo (1993), a pesquisa científica é “um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados” (Minayo, 1993, p. 23). Ademais, segundo Gil (1993), a pesquisa é “o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (Gil, 1993, p. 19). Na perspectiva de Silva e Menezes (2001), a pesquisa é constituída pelo agrupamento de ações que objetivam propor uma solução para um determinado problema, possuindo como princípios os procedimentos racionais e sistemáticos.

Quanto á natureza, nossa pesquisa possui a natureza de pesquisa aplicada, visto que este trabalho tem como um dos objetivos gerar novos conhecimentos e contribuir para ampliar a literatura da Arquivologia no tocante a realização da prática. Com isso, quanto ao campo de pesquisa, será a documentação manuscrita do Arquivo Público do Estado da Paraíba, atualmente localizada na Cidade de João Pessoa, na Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego. Foram trabalhados os documentos

³⁰ Outra perspectiva interessante da metodologia é a de que seu objetivo é “o de ajudar-nos a compreender, nos seus termos mais amplos, não os produtos da pesquisa, mas o próprio processo” (Kaplan apud Castro, 2006, p. 31).

³¹ Magalhães (2005) ainda explica que “quando se usa a expressão ‘método científico’, o que se quer designar é, geralmente, a estrutura da parte do conhecimento em que são elaboradas e testadas hipóteses que dizem respeito à ciência” e que “uma generalização disso é a descrição e busca de caminhos para resolver problemas, que até no senso comum acabam tendo uma metodologia.” (Magalhães, 2005, p. 226).

manuscritos referentes ao período colonial brasileiro. No que se refere a abordagem, nossa pesquisa se classifica enquanto qualitativa, visto que nosso objetivo seja desenvolver novas informações e perspectivas acerca da elaboração do catálogo dos documentos manuscritos, facilitando o acesso aos pesquisadores. Essa pesquisa está caracterizada como exploratória, descritiva e explicativa. As técnicas utilizadas serão o estudo bibliográfico e documental, como base para a compreensão dos aspectos na literatura da Diplomática³² e na Arquivologia.

Sendo a identificação e catalogação desses documentos sob custódia do APEPB uma tarefa específica do fazer arquivístico, tendo em vista as primordiais e múltiplas funções arquivísticas³³. A identificação das tipologias documentais é uma das atividades iniciais na organização de um arquivo. Esta atividade auxilia não só o usuário externo em suas pesquisas, mas também aos usuários internos que compõem os arquivos. Logo, para a Arquivologia esta atividade é fundamental e de suma importância para conhecer quais documentos estamos trabalhando, e assim possibilitar em uma melhor elaboração do plano de classificação. Essa que é a segunda etapa na organização dos arquivos, posterior à elaboração dos instrumentos de pesquisas, como o catálogo.

Quanto as nossas atividades realizadas, inicialmente, tivemos dificuldades referentes a inexistência da elaboração de classificação arquivística. Em virtude da recente criação do APEPB, ainda não possuía uma classificação ou um quadro de arranjo destinado aos manuscritos do período colonial. Na época de elaboração do catálogo, estava em andamento o projeto do APEPB em parceria com a Universidade Federal da Paraíba (UFPB)³⁴ para a elaboração da classificação nos documentos do período colonial, portanto, foi decidido iniciar a descrição arquivística mesmo sem sua finalização, com o objetivo de dar acesso àqueles documentos. Tendo em vista a ausência da classificação, a ordenação da documentação foi feita por datação cronológica de produção, onde o documento mais antigo se iniciou com a numeração

³² Segundo Prieto (2000, p. 710), a Diplomática é “la ciencia que estudia la tradición, la forma y la elaboración de los documentos. Su objeto es hacer la crítica, juzgar su sinceridad, apreciar la calidad de los textos, extraer de las fórmulas todos los elementos de contenido susceptibles de ser utilizados por el historiador, datarlos y, em fin, editarlos.”

³³ Entre as funções arquivísticas estão: produção/criação; avaliação; classificação; descrição; difusão; preservação/conservação/restauração e aquisição. (Pereira e Silva, 2019). Para maior aprofundamento, ver: Les fondaments de la discipline archivistique, dos autores Jean-Yves Rosseau e Carol Couture, de 1994.

³⁴ Projeto de Classificação Arquivística Multifacetada, sendo realizado com parceria entre o APEPB e o Grupo de Pesquisa em Estudos Arquivísticos em Documentos e Registros Digitais (EADR) pela UFPB, teve início em 2023.

de 001, na nossa elaboração do catálogo. Todavia, neste ínterim, a ordenação era constantemente interrompida ao encontrar-se manuscritos em caixas divergentes as suas datas, haja vista resultante da falta de classificação. Com isso, realocávamos os documentos em suas devidas ordenações, e alterávamos sua numeração anteriormente realizada, gerando um retrabalho e atrasando as outras atividades.

Em seguida, percebemos a necessidade da realização de um levantamento dos governadores da Paraíba durante o período colonial, visto que constatamos a ausência dessa informação em alguns documentos. Neste caso, utilizamos o catálogo dos documentos avulsos manuscritos referentes a Capitania da Paraíba existentes no Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) de Lisboa como fonte de pesquisa, devido à precisão das informações contidas nesses documentos. Assim, nos foi possível observar a importância da informação do documento original conservado e preservado para o contexto histórico como fonte de prova.

Para a constante alimentação do catálogo, foi necessária a realização da leitura paleográfica e a elaboração da descrição. Neste contexto, haja vista o estudo acerca de descrição arquivística ao longo deste trabalho, vale destacar que a paleografia³⁵ deriva do grego *palaíos* (antigo) e *grafos* (escrita), ou seja, etimologicamente definida enquanto “escrita antigas”. Esta que surge no século XVII, devido à necessidade do entendimento das informações presentes nos manuscritos dos séculos anteriores, estes que muitas vezes estão escritos em divergência à gramática vigente. Na perspectiva de Ribeiro (2006, p. 14), a Paleografia:

[...] não pode dispensar-se como ‘ferramenta’ para a compreensão do processo gerador da informação, do seu contexto orgânico e da tecnologia que lhe está associada. Da mesma forma que, nos dias de hoje, a Informática é fundamental para a compreensão do processo produtivo, do contexto e da tecnologia associados à informação.

Portanto, a aprendizagem sobre a paleografia é imprescindível na arquivística, quiçá nas áreas relacionadas aos campos das Ciências da Informação (Biblioteconomia e Museologia), em virtude de a viabilidade para o profissional da informação compreender o conteúdo informacional de cada documento manuscrito trabalhado, promovendo seu acesso. Ao realizar-se a leitura paleográfica dos

³⁵ Um número considerável de autores se dedicou a elaborar definições acerca da Paleografia. Para a melhor compreensão, indicamos a obra *Noções de Paleografia e de Diplomática* de autoria de Berwanger e Leal (2008), onde apresentam 11 definições.

documentos manuscritos avulsos, se fez necessária a aprendizagem contínua para cada documento, tendo em vista que cada item documental possuía um diferente escrivão. Além do mais, muitos documentos se encontravam bastante deteriorados pelo tempo, pelo manuseamento incorreto, pelos agentes biológicos e principalmente pela utilização da tinta ferrogálica para a escrita destes documentos, esta que causa oxidação no papel, resultando nas perdas do conteúdo informacional do manuscrito.

Enquanto realizávamos a leitura paleográfica e a construção da descrição, fizemos também o levantamento dos originais, das cópias e das transcrições referentes aos documentos manuscritos. Para melhor entendimento, segue uma amostra da tabela que utilizamos para esta atividade:

Quadro 3: Levantamento dos documentos originais, cópias e transcrições.

Documento	Original	Transcrição
01: Carta – 13 de abril de 1755	NÃO	SIM
02: Carta – 13 de setembro de 1771	SIM	SIM
03: Carta – 09 de janeiro de 1775	SIM	SIM
04: Carta – 03 de março de 1775	NÃO	SIM
05: Carta – janeiro de 1775	NÃO (apenas fotocopia)	NÃO
06: Carta – 21 de fevereiro de 1775	NÃO (apenas fotocopia)	SIM
07: Carta – 23 de março de 1775	SIM (+ fotocopia)	SIM
08: Carta – 23 de março de 1775	SIM (+ fotocopia)	SIM

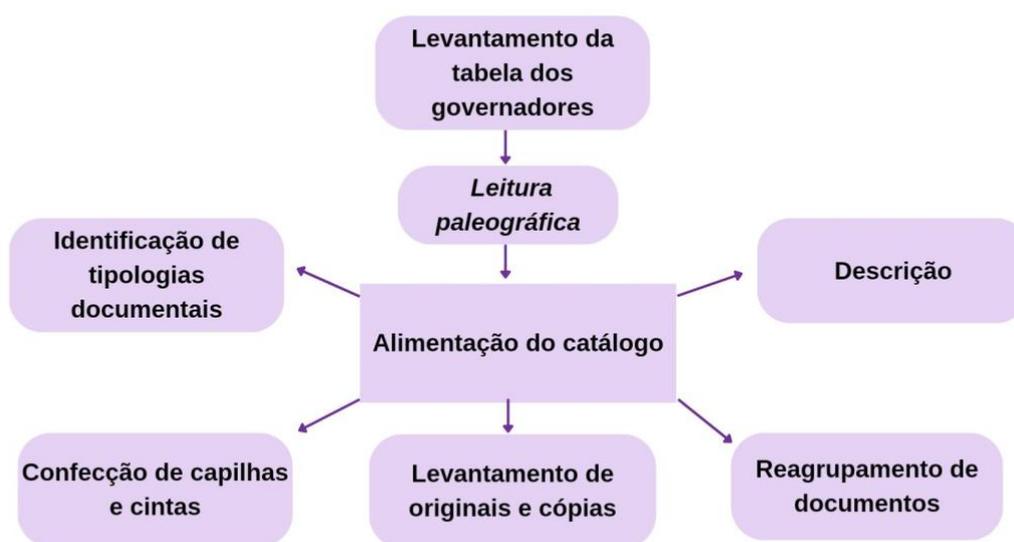
FONTE: a autora, 2024.

Ao realizar o levantamento, seguimos a ordem cronológica dos documentos, a maioria possui a data em seu conteúdo, mas alguns não possuem data ou até mesmo estão muito deteriorados para fazer a identificação. Em seguinte, fizemos a identificação da tipologia documental, esta que varia muito conforme os anos,

dependendo também do contexto histórico da sociedade enquanto o documento foi produzido. Variando entre ofícios, cartas e requerimentos. Ademais, relatamos a existência do original ou da fotocópia do documento, junto a sua transcrição. Ao realizar estas atividades no processo contínuo da alimentação do catálogo, quando necessário era feita a confecção de capilhas e cintas para o acondicionamento dos documentos que ainda não possuíam, e reagrupando os documentos que se encontravam separados de seu conjunto, como anexos e transcrições.

Para uma melhor compreensão, segue o fluxograma referente as nossas atividades realizadas:

Figura 2 – Fluxograma de atividades realizadas:



FONTE: a autora, 2024.

Quanto ao catálogo, o levantamento das características descritivas da documentação foi realizado com a elaboração de verbetes para cada item documental. O modelo tem como inspiração o utilizado na catalogação dos

documentos do Projeto Resgate³⁶, este que foi realizado para recuperação de documentos existentes em acervos nos arquivos portugueses para o Brasil. Os verbetes serão caracterizados pelos seguintes campos:

- Data tópica – data e localização;
- Tipo documental;
- Atores descritos no documento;
- Resumo do documento;
- Localização no acervo.

Figura 3: Modelo de verbete utilizado para a descrição dos documentos:

Data tópica	
TIPO DOCUMENTAL, resumo do documento, indicando o remetente e o destinatário. Todos os nomes colocados no documento são mencionados no resumo.	
Obs:	
Loc.	Cx - ; D. - ; E. - ; P. -

FONTE: Projeto Resgate, 2018.

Quadro 4: Exemplo de verbete preenchido retirado do catálogo dos documentos manuscritos do período colonial:

Recife, 23 de março de 1775.
CARTA do [Governador da Capitania de Pernambuco], Joze Cezar de Menezes ao Coronel e Governador da Capitania da Paraíba, Jeronimo Jozé de Mello e Castro, comunicando que além da ordem de 07 de agosto de 1740, expedirá outras ordens para cumprimento da arrecadação da Real Fazenda e confirma a decisão do Provedor de que o Almojarife deverá ser nomeado pela Junta da Fazenda Real a arrecadação da fazenda. Obs.: Documento original, transcrição e fotocópia.
BR PBAPEPB, Cx. 1; D. 7; E. 1; P. 1

FONTE: Catálogo dos documentos referentes ao período colonial do APEPB, 2024.

³⁶ O Projeto Resgate Barão do Rio Branco é um programa de cooperação arquivística internacional que possui enquanto missão catalogar e reproduzir a documentação histórica manuscrita referente ao Brasil, do período antecessor à Independência do país.

Vale ressaltar que ao alimentar o catálogo, foi realizada também a identificação das autoridades além dos tipos documentais (requerimentos, ofícios, termo da grande vereação, cartas etc.). Assim como também, foi feita a escolha da estrutura dos documentos avulsos. Os dados adicionados entre os colchetes foram nossas inferências de acordo com o conhecimento acerca do contexto histórico e social. Por fim, as informações abaixo da descrição de cada item documental, são os dados de localização dentro do arquivo, como o código de referência do APEPB (BR PBAPEPB), a caixa (Cx), o número do documento (D), a estante (E) e a prateleira (P).

5 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Através da parceria entre a Diretoria do APEPB, através da Gerência Executiva de Tratamento, Preservação e Difusão do Acervo do APEPB e da UEPB com o Projeto “Da ordem que há de ter nesta repartição”, coordenado pelo Professor Doutor Josemar Henrique de Melo, sua bolsista Késsia Alexandre de Souza e do estagiário Lucas Barros do Santos, tornou-se viável a realização das atividades pretendidas. No que tange a identificação das tipologias documentais dos manuscritos referentes ao período colonial da Paraíba custodiados ao APEPB, entre as diversas tipologias, foram levantados exemplares de: *Abaixo-assinados, Atas, Atestados, Autuamentos, Cartas, Certificados, Certidões, Guias, Informes, Listas, Ofícios, Pareceres, Recibos, Requerimentos, Termos de eleições, Termos de grande vereação e Termos de inquirição de testemunhas.*

Essa identificação para a catalogação, foi feita a partir da leitura paleográfica do documento original e sua transcrição disponível, nessas transcrições foi feita a correção e interpretação a partir do original, conferimos as datas e as assinaturas. Vale ressaltar que entre as tipologias citadas, a mais recorrente são os Requerimentos, visto que são geralmente de funcionários do estado de Pernambuco direcionados ao governador da capitania da Paraíba da época. Como também requerimentos de presos pedindo para serem soltos, proprietários de escravos requerendo seus retornos, de datas de terras, discussões políticas e situações sociais.

Referente a catalogação dos documentos manuscritos, através do trabalho minucioso da leitura de cada item documental presentes na massa documental, conseguimos realizar esta atividade com o aprofundamento da leitura paleográfica e da descrição arquivística. Ademais, também ocorre de alguns documentos estarem relacionados como anexos a outros, então foi feita essa junção aos seus processos, reagrupando processos e documentos que estavam desarticulados. A etapa de leitura paleográfica é considerada a parte mais desafiadora, por trata-se de documentos manuscritos que abrangem uma variedade de estilos de escrita, provenientes de diferentes autores. Logo, foi necessário se adaptar a esses diferentes tipos de caligrafia. Durante essa etapa, realizamos uma interpretação do contexto histórico e dos vocabulários empregados nos documentos. Em muitas ocasiões, nos deparamos com o documento original, juntamente com sua transcrição. No entanto, também se encontra apenas documentos original, ou apenas sua transcrição.

Resultando em um catálogo do período colonial com 97 páginas, de manuscritos todos em suporte papel. Por meio das informações registradas no catálogo, se fez possível fazer o levantamento do quantitativos dos manuscritos, com o resultado de 540 documentos distribuídos em 7 caixas-arquivo, sendo de 1755 a 1822, divididos entre documentos originais (417), documentos originais com transcrições (318), originais sem transcrições (99) e apenas transcrições (122). Neste levantamento, conseguimos identificar que aproximadamente 118 documentos originais estão desaparecidos, sendo a maioria deles referentes aos escravos.

Além disso, é importante destacar o vocabulário³⁷ colonial extremamente rico. Ao realizarmos nossas atividades, muitas vezes nos deparamos com escritas totalmente divergentes de nossa escrita atual. Tendo que recorrer ao dicionário para melhor compreensão, assim como também nomes anteriormente usados por municípios e cidades. O que nos levou a pensar na elaboração de um levantamento dos termos utilizados junto aos seus significados, para facilitar a informação aos pesquisadores. Mas, pela falta de tempo, ainda é apenas uma proposta, haja vista, as várias atividades com maiores prioridade para o APEPB. Entretanto, é de extrema importância citar a relevância social dessa proposta, pela importância do trabalho arquivístico como um todo para a sociedade, inclusive na elaboração desse levantamento.

A relevância da preservação da história, da cultura e principalmente no cenário da Arquivologia, esses documentos coloniais são fontes primárias valiosas para a compreensão da história e cultura, que contribuem para a preservação e valorização do patrimônio histórico e cultural. Como também na extrema relevância da preservação dos documentos arquivísticos. Que também é um dos principais objetivos do Arquivo Público do Estado da Paraíba. Como também é o resgate da memória coletiva, os termos presentes nos documentos coloniais refletem a linguagem e os conceitos utilizados na época e ao registrar esses termos, ajudaremos a preservar a memória coletiva e a compreender como as pessoas se comunicavam, quais eram as práticas e as normas sociais vigentes na sociedade colonial. Assim como facilitar a compreensão das relações sociais e econômicas. Os termos relacionados a atividades econômicas, estruturas de poder ou formas de trabalho nos informam

³⁷ Algumas palavras desse vocabulário colonial: **Bruxaxá**: bairro em areia; **Enxovia**: parte térrea ou subterrânea das prisões, úmida e escura, que, outrora, abrigava os presos por crimes graves ou de alta periculosidade. Qualquer masmorra, calabouço. **Ratonicé**: roubo de pouco valor.

acerca da organização da sociedade colonial e as dinâmicas sociais existentes. Assim como a inclusão de vozes históricas subalternas.

Os documentos coloniais muitas vezes privilegiam perspectivas dominantes e excluem vozes de grupos subalternos, como povos indígenas, escravizados e mulheres. Cabe ressaltar que o tópico mais abordado nesses documentos supracitados é sobre escravos que fugiam e não tinham o direito de solicitar sua soltura, então seus proprietários podiam solicitar sua soltura, para que assim eles voltassem a posição de escravos. Então ao analisar os termos presentes nesses documentos, podemos identificar termos associados a esses grupos e dar visibilidade às suas experiências históricas, contribuindo para uma história mais inclusiva e plural.

Por fim, ao longo do trabalho foi proposto a publicação do catálogo de forma analógica e digital. Após a finalização do catálogo, através da Diretoria do APEPB, com o apoio da SEGOV, tivemos êxito em seu lançamento através da editora A União, sendo o primeiro livro institucional do Governo do Estado da Paraíba, sendo comercializado pela própria editora, intitulado “Catálogo de Documentos Coloniais Manuscritos da Parahyba do Norte - Séculos XVIII e XIX³⁸.”

³⁸ Ver: Catálogo de documentos coloniais manuscritos da Parahyba do Norte – séculos XVIII e XIX \ Organização Josemar Henrique de Melo... (et al). – João Pessoa : Editora A União, 2024

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um novo cenário se estabeleceu no trabalho arquivístico nos últimos anos, diante da óptica para além das atividades técnicas (identificar, classificar, ordenar, avaliar, descrever, preservar, dar acesso). Esta expansão de perspectiva está ao nível de administração, incluindo os processos das práticas de gestão, que abrangem as proposições normativas e integra-se às políticas públicas arquivísticas. No panorama atual, um dos maiores desafios para as instituições arquivísticas responsáveis pela custódia de documentos referentes à memória de uma sociedade, é amplificar suas atividades e capacidade para atender as necessidades informacionais de seus usuários. Estes que estão cada vez mais estimulados para a recuperação da informação de suas pesquisas de forma eficiente, suscitando o acesso aos acervos custodiados.

O catálogo é um resultado do projeto de pesquisa coordenado pelo Prof. Dr. Josemar Henrique de Melo e sua bolsista Késsia Alexandre de Souza, sendo realizado de maneira conjunta com o APEPB através do Gerência Executiva de Tratamento, Preservação e Difusão do Acervo e de seu estagiário Lucas Barros, descrito por este trabalho para os futuros pesquisadores e usuários do APEPB, bem como apresentou o cenário em que se encontra a documentação mais antiga do Arquivo Público do Estado da Paraíba. Como também, evidenciou a exata dentro dos manuscritos referentes ao período colonial do APEPB, de quantos documentos manuscritos foram perdidos e quantos temos atualmente. Nesse sentido, entende-se como existem poucos registros documentais da Paraíba sobre a fase colonial. Portanto, entende-se a lacuna na documentação do período colonial da Paraíba, tendo em vista que possui apenas 540 documentos referentes ao período colonial, e entre eles alguns desaparecidos, juntos de seus conteúdos informacionais, logo, existem mais documentos fora da custódia do APEPB, tendo em vista a pequena quantidade de documentos existentes para os anos de 1755 à 1822.

Tendo em vista a recente criação do Arquivo Público do Estado da Paraíba em 2018, ainda existem muitas atividades para serem realizadas, a criação do catálogo do período colonial é apenas o início, em virtude dos demais documentos existentes no acervo, como os do período Imperial e os da República. Além disso, foi confirmado pela gestão do APEPB que se iniciará os reparos, assim como a digitalização do acervo de manuscritos, visando a preservação do conteúdo informacional contido nos

documentos e a maior durabilidade ao seu suporte atual. Com o objetivo de facilitar o acesso aos documentos de forma remota, alcançando um maior número de pesquisadores e usuários. A importante preservação da memória do Estado, acontece através de atividades de difusão como a criação de instrumentos de pesquisa, em intersecção com a responsabilidade de preservar a memória do país, o que se torna viável através do apoio do Estado e da sociedade com políticas públicas eficazes e eficientes, para que assim possa ser mantida e conhecida as culturas e costumes existentes no Brasil. Como também a conscientização para com a memória e patrimônio histórico e cultural, que é possível com as atividades de facilitação do acesso a informação.

Com isso, em seu artigo de 1996 “A invenção da memória nos Arquivos Públicos”, o historiador José Maria Jardim relata que a memória enquanto conceito polissêmico deve estar interligado a processos e construções sociais, além de ser apenas um dado a ser arqueologizado. A exemplo disso, os diversos termos associados a sua natureza, como a preservação, conservação, o resgate e o registro. Paralelamente, no Brasil atual temos dificuldade para com a consolidação da preservação e relevância estabelecida da memória, Assim como a transversalidade com a difusão cultural e educativa nos locais de ensino, pesquisa e extensão. Uma vez que os lugares de memória são simultaneamente materiais, simbólicos e funcionais. Com isso, parafraseando o autor, nada menos é que, um projeto do futuro e a leitura do passado. Sob essa perspectiva, é necessário realizar a descolonização do saber, advinda de um sistema colonializado. Por conseguinte, têm-se uma sociedade com sua memória nacional fragmentada, que reverbera na memória individual inerte a seus lugares de poder e de ocupação. Neste cenário, o APEPB atua enquanto resistência a esse apagamento da memória regional, elaborando projetos e atividades direcionadas a isso. Estas atividades de difusão, facilitação do acesso e popularização dos arquivos refletem na preservação e democratização da informação acerca da memória regional e nacional. Portanto, contribui para manter a memória viva e preservada ao longo da história.

REFERÊNCIAS

Alves, Gerlane Farias. **A importância da disciplina paleografia nos cursos de Arquivologia e História**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia – Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2017. (Monografia)

ANDRADE, R. S. **Aspectos introdutórios da representação de informação arquivística**: a norma brasileira de descrição arquivística (nobra-de), a descrição arquivística codificada (ead-dtd) e o projeto archives hub. , p. 70-100, . DOI: 10.9771/1981-6766rpa.v1i2.1589 Acesso em: 10 out.

ANDRADE, R. S.; SILVA, R. R. G. **Aspectos teóricos e históricos da descrição arquivística e uma nova geração de instrumentos arquivísticos de referência**. , p. 14-29, . DOI: 10.9771/1981-6766rpa.v2i3.3211 Acesso em: 28 nov.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O sujeito informacional no cruzamento da ciência da informação com as ciências humanas e sociais**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14. 2013, Santa Catarina. Anais[...] Santa Catarina: ANCIB, 2013.

ARAÚJO, Claudialyne da Silva; MELO, Josemar Henrique; SANTOS, Eliete Correia. (Organizadores). **Seminário de Saberes Arquivísticos (SESA): interfaces do aprendizado na universidade**. (Coleção Diálogos Arquivísticos). Campina Grande. EDUEPB, 2017.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli – Diplomática brasileira do século XVIII: tipologia dos documentos ascendentes e dos documentos descendentes. **Páginas a & b: arquivos e bibliotecas**. Lisboa, 1999, p. 19-30.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. Brasília: Briquet de Lemos, 2008.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BERWANGER, Ana Regina; LEAL, João Eurípedes Franklin. **Noções de Paleografia e Diplomática**. 3.ed. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2008.

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. Fundação biblioteca nacional, BN digital. 2024. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/dossies/projetoresgate/sobre-o-projeto-resgate-barao-do-rio-branco/>. Acesso em: 15 abril 2024.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. **NOBRADE**: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. In: **Revista do Arquivo do Município de Rio Claro**. Rio Claro: Arquivo do Município de Rio Claro, n.1, p.11-17, 2003.

CARBONE, Salvatore. História e arquivística. **Revista de Biblioteconomia**. Brasília, DF. v.11, n.1, p. 45-53, jan-jun.1993.

CARVALHO, Ediane Toscano Galdino de; SANTOS, Eliete Correia; SILVA, Alzira Karla Araújo da Silva. (Organizadoras). **Arquivologia: história, tipologias e práticas profissionais**. (Coleção Diálogos Arquivísticos). Campina Grande: EDUEPB, 2017.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAAR (CPF): **Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Pessoas Coletivas, Pessoas Singulares e Famílias**: 2.ed., Lisboa, Portugal: Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, 2004. 79p.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. ISAD (G): **Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística**: 2.ed., rev., adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pela CIA. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000. 119p.

CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS. 1. ed. **ISDF: norma internacional para descrição de funções**: adotada pelo Comitê de Boas Práticas e Normas, Dresden, Alemanha, 2 - 4 de maio de 2007.

COSTA CAVALCANTE, H. .; BATISTA DO NASCIMENTO, G. . Documentos manuscritos do período colonial do arquivo público da Paraíba – APEPB. **Archeion Online**, [S. l.], v. 11, n. N.1, p. 36–55, 2023. DOI: 10.22478/ufpb.2318-6186.2023v11nN.1.66216. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/archeion/article/view/66216>. Acesso em: 28 nov. 2023.

Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.232p.; 30cm. – Publicações Técnicas; nº 51.

DURANTI, Luciana. Origin and development of the concept of archival description. In: **Archivaria**, 35, 47-54. 1992. Retrieved from <https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/11884>.

DURANTI, Luciana. **Registros documentais contemporâneos como provas de ação**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 49-64, 1994.

FONSECA, Maria Odila. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: FGV, 2005(a).

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. A norma brasileira de descrição. In: CONGRESSO DE ARQUIVOLOGIA DO MERCOSUL, 6, 2005, Campos do Jordão. **Anais...** São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2005(b).

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

HAGEN, Acácia Maria Maduro. Algumas considerações a partir do processo de padronização da descrição arquivística. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 27, n.3, set. 1998.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **Manual de instrumentos de descripción documental**. Sevilla: Diputación Provincial, 1982.

HEREDIA HERRERA, Antonia. **En torno al tipo documental**. 2006.

International Standard Organization [ISO]. **ISO 25964-2:2013**: Thesauri and interoperability with other vocabularies, Part 1 – Interoperability with other vocabularies. Geneve: International Standard Organization, 2013.

ISAD(G): **Norma geral internacional de descrição arquivística**: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

JARDIM, J. M. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Ciência da Informação**, [S. l.], v. 25, n. 2, 1996. DOI: 10.18225/ci.inf.v25i2.659. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659>.

KITCHING, Christopher.: **the Impact of computerization on archival finding aids: a RAMP study**. Paris: UNESCO, 1991.

LEÃO, Flávia Carneiro. **A representação da informação arquivística permanente: a normalização descritiva e a ISAD(G)**. 81 f. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LINDEN, Leolíbia Luana; BARROS, Thiago Henrique Bragato; BRÄSCHER, Marisa. Normas de Descrição Arquivística: Uma análise comparativa no âmbito do conteúdo e contexto. **Iris – Informação, Memória e Tecnologia**. Recife, 2014/2017, v. 3, n. especial, p. 45-55.

LOPEZ, André Porto Ancona. **COMO DESCREVER DOCUMENTOS DE ARQUIVO**: elaboração de instrumentos de pesquisa. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

MAGALHÃES, Gildo. **Introdução à metodologia da pesquisa**: caminhos da ciência e tecnologia. São Paulo: Ática, 2005.

MAUREL, Dominique; CHAMPAGNE, Michel. **La description et l'indexation**. In: **COUTURE, Carol et al. Les fonctions de l'archivistique contemporaine**. Québec: Presses de L'université Du Quebec, 1999. p. 255-371.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 228 p.

PRIETO, Ana Belén Sánchez. Aportación de la Paleografía y la Diplomática a las Ciências de la Documentación, la Filología y la Arquivística. In: **I Congresso Universitário de Ciências de la Documentación: Teoría, história y metodología de la documentación en la España**. Madrid. 14-17 nov. 2000.

RIBEIRO, Fernanda. **O acesso à informação nos arquivos**. Tese (Doutorado em Arquivística) Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2 v. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. U. Porto, 1998.

RIBEIRO, Fernanda. O Ensino da Paleografia e da Diplomática no Curso de Bibliotecário-Arquivista. In: **Departamento de História, Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques**. Universidade do Porto. Faculdade de Letras, p.47-63, 2006.

PEREIRA, Diogo Baptista; SILVA, Eliezer Pires. Funções arquivísticas: caracterizando finalidades de instituições de arquivo. **Ágora: Arquivologia em debate**, v. 29, n. 58, 2019.

RODRIGUES, Ana Célia. **Diplomática Contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos**. Tese (Doutorado em História Social) Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

RODRIGUES, G. M. **A representação da informação em arquivística: uma abordagem a partir da perspectiva da norma internacional de descrição arquivística**. In: Georgete Medleg Rodrigues; Ilza Leite Lopes. (Org.). Organização e representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 210-230.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância, 2001.

SILVA, Rosani Beatriz Pivetta da et al. **Descrição Arquivística**. 1. ed. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, UAB, 2009.

SOCIETY OF AMERICAN ARCHIVISTS. **Statement of principles for the CUSTARD project**. 2002. Disponível em: <<http://www.archivists.org/news/custardproject.asp>>. Acesso em: 02 mar. 2024.

SOUSA, Ana Paula Moura; RODRIGUES, Alécia Silva.; OLIVEIRA, Ângela Aparecida. **Princípios da descrição arquivística: do suporte convencional ao eletrônico**. , . Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/50012>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos Modernos: Princípios e técnicas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

**ANEXO C – Recorte Catálogo dos manuscritos referentes ao período colonial:
APEPB**

Recife, 13 de abril de 1755.

CARTA do Provedor da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba (SCM-PB), solicitando certidão sobre o rendimento que se concede à SCM [de Pernambuco] pelo tratamento dos Soldados de Infantaria.

Obs.: Apenas transcrição.

Loc. BR PBAPEPB, Cx. 1; D. 1; E. 1; P. 1

Recife, 13 de setembro de 1771.

CARTA do [Governador da Capitania de Pernambuco], José Cezar de Menezes ao [Coronel e Governador da Capitania da Paraíba], Jerônimo Joze de Melo e Castro, remetendo mapa e pedido para fazer outro dos distritos da Paraíba.

Obs.: Documento original e transcrição.

Loc. BR PBAPEPB, Cx. 1; D. 2; E. 1; P. 1

Recife, 09 de janeiro de 1775.

CARTA do [Governador da Capitania de Pernambuco], José Cezar de Menezes ao Coronel e Governador da Capitania da Paraíba, [Jerônimo Joze de Melo e Castro], sobre a nomeação de Custódio Manoel da Silva Guimarães para o cargo de Almojarife.

Obs.: Documento original e transcrição.

Loc. BR PBAPEPB, Cx. 1; D. 3; E. 1; P. 1

Recife, 03 de março de 1775.

CARTA do [Governador da Capitania de Pernambuco], José Cezar de Menezes ao [Coronel e Governador da Capitania da Paraíba], Jerônimo Joze de Melo sobre a falta de pagamento dos Soldados e as providências para sanar.

Obs.: Apenas fotocópia.

Loc. BR PBAPEPB, Cx. 1; D. 4; E. 1; P. 1

[Cerca janeiro] 1775.

INFORME sobre Antonio Pereira de Brito, originário da Capitania de Guayás [Goiás], que saiu em 15 de janeiro com outro nome, Antonio da Silva, e que se dirigia a Vila de Pernagua, levando em sua companhia sua esposa, Anna Maria das Mercês, dois cunhados, João [Rodrigues] e Theodora Maria das Neves e dois filhos e com eles 14 escravos, 5 escravas e 13 cavalos. Informa também que no dia 28 do mesmo mês sobre saiu a sua sogra Maria de Lemos acompanhada de um filho, 3 camaradas, 1 mulata forra e 7 cavalos.

Obs.: Apenas fotocópia.

Loc. BR PBAPEPB, Cx. 1; D. 5; E. 1; P. 1

Recife, 21 de fevereiro de 1775.

CARTA do [Governador da Capitania de Pernambuco], José Cezar de Menezes ao Coronel e Governador da Capitania da Paraíba, Jerônimo Joze de Melo e Castro, sobre envio de Soldado desertor e de remessa de recrutas.

Obs.: Apenas transcrição e fotocópia.

Loc. BR PBAPEPB, Cx. 1; D. 6; E. 1; P. 1

ANEXO D – Livro: Catálogo de Documentos Coloniais Manuscritos da Parahyba do Norte – Séculos XVII e XIX

